



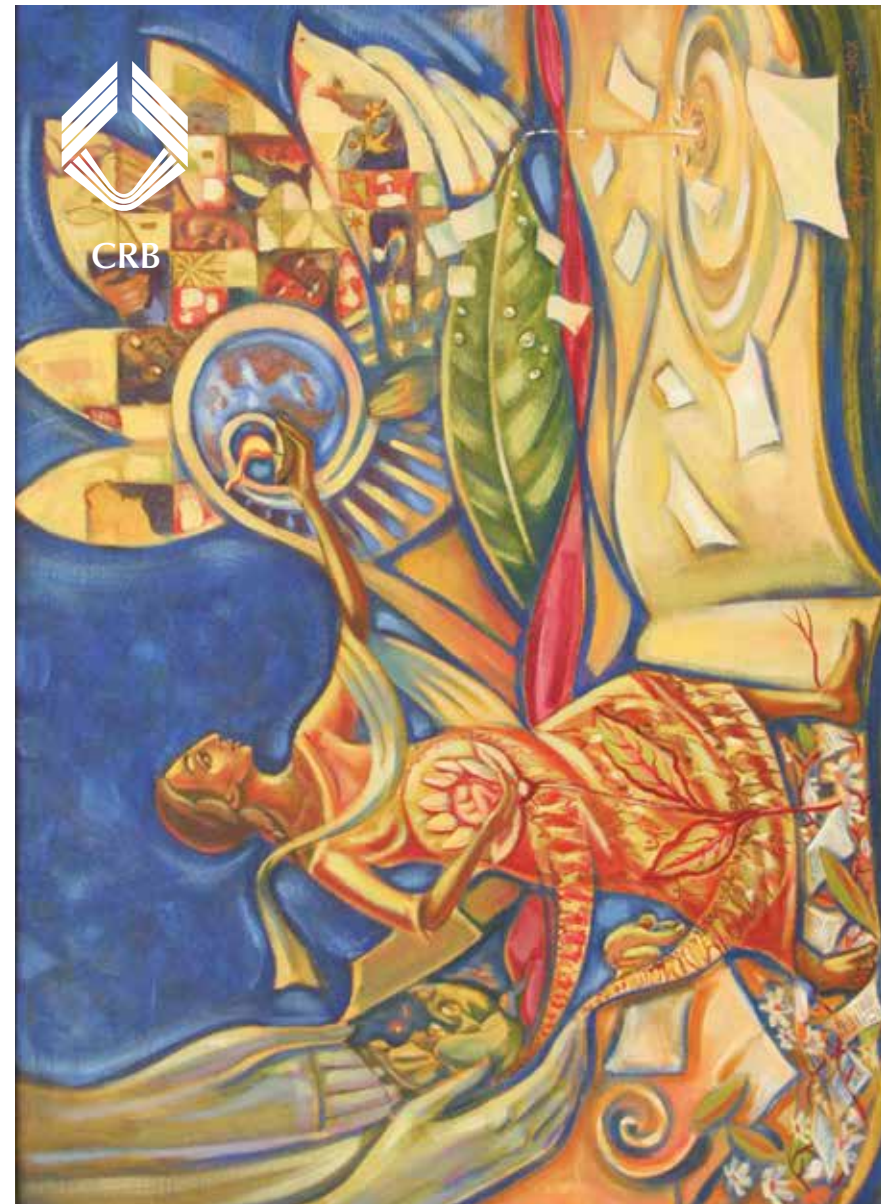
Quadro Programático da CRB 2007-2010

HORIZONTE

Em meio às profundas transformações e grandes desafios que envolvem a humanidade hoje, ouvimos a Palavra de Deus que nos interpela: avancem (Ex 14,15). Acolhemos esta Palavra como discípulas e discípulos de Jesus Cristo, na mística da encarnação e no testemunho profético a serviço da vida, especialmente a dos pobres e excluídos, partilhando, com espírito missionário, a razão da nossa esperança (1Pd 3,15).

PRIORIDADES

1. Reafirmar o compromisso da VRC no serviço à vida, diante das grandes questões sociais e ambientais; e fortalecer a inserção nos meios populares e em novos espaços de solidariedade e cidadania.
2. Cultivar uma espiritualidade encarnada e profética, centrada na Palavra de Deus e na mística do discipulado, aberta à diversidade cultural, religiosa e de gênero.
3. Dinamizar a formação inicial e continuada diante da mudança de época, de forma integral, humanizante e geradora de novas relações.
4. Ampliar as alianças intercongregacionais, as redes e parcerias, na formação e na missão, e intensificar a partilha dos carismas com leigos e leigas.
5. Buscar novas formas de aproximação e presença junto às juventudes.



- Campanha da Fraternidade 2010: compromisso para a Vida Religiosa
- *Caritas in Veritate*
- Hermenêutica da continuidade com descontinuidade: leitura dialética do Concílio Vaticano II
- A criação em face do novo paradigma ecológico: dom de Deus e responsabilidade humana

Sumário

Editorial

É Páscoa!..... 209

Informe especial

Padre Marcello de Carvalho Azevedo, sj. Memória e gratidão 213

Palavra do Papa

Mensagem do Santo Padre para o 47º Dia Mundial de Oração pelas Vocações
(25 de abril de 2010 – IV domingo de Páscoa). O testemunho suscita vocações 216

Artigos

Campanha da Fraternidade 2010: compromisso para a Vida Religiosa
LISANEOS PRATES 221

Caritas in Veritate
JOÃO BATISTA LIBANIO 240

Hermenêutica da continuidade com descontinuidade:
leitura dialética do Concílio Vaticano II
PAULO SUESS 257

A criação em face do novo paradigma ecológico:
dom de Deus e responsabilidade humana
SINIVALDO S. TAVARES 266



CONVERGÊNCIA

Revista mensal da Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB
ISSN 0010-8162

DIRETORA RESPONSÁVEL

Ir. Márian Ambrosio, dp

REDATORA RESPONSÁVEL

Ir. Maria Juçara dos Santos, fdz
MTb 8105

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO

Coordenadora:
Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp

Conselho editorial:

Ir. Helena Teresinha Rech, stt
Ir. Maria Freire, icm
Pe. Cleto Caliman, sdb
Pe. Jaldemir Vitorio, sj
Pe. Roberto Duarte Rosalino, cmf

DIREÇÃO, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

SDS, Bloco H, n. 26, sala 507
Ed. Venâncio II
70393-900 - Brasília - DF
Tels.: (61) 3226-5540
Fax: (61) 3225-3409
E-mail: crb@crbnacional.org.br
www.crbnacional.org.br
Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas
do PDF sob o n. P. 209/73

Projeto gráfico:
Manuel Rebelato Miramontes

Revisão:
Cirano Dias Pelin e Sandra Sinzato

Impressão:
Gráfica de Paulinas Editora

Os artigos assinados são de responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Assinatura anual para 2010: Brasil: R\$ 84,00
Exterior: US\$ 84,00 ou correspondente em R\$ (reais)
Números avulsos: R\$ 8,40 ou US\$ 8,40

Das mãos da Trindade... O caminho do discipulado...

A ilustração da capa, de Anderson S. Pereira, traz como ponto de partida as mãos da Trindade, de onde surge o modelo humano de seguimento de Jesus em comunidade, expresso na tenda que recorda a dimensão itinerante da comunidade cristã – tenda como lugar onde acolhemos o Peregrino Ressuscitado, assim como o acolheram os discípulos de Emaús (Lc 24,13-35).

Ao longo da caminhada histórica dessa comunidade de discípulos que é a Igreja, surgem várias propostas de seguimento de Jesus, vivenciadas na diversidade das congregações e espiritualidades aqui representadas nas vestes da mulher.

A CRB Nacional é representada pela figura da mulher em marcha. Ela caminha tendo um dos pés na memória de um passado construído com a vida e o testemunho de tantas pessoas e comunidades que a constituem, e escrito em várias páginas entre flores e espinhos; enquanto o outro pé avança rumo ao “novo”, em que páginas em branco simbolizam a história que ainda será escrita e construída a partir dos desafios do futuro.

Com uma das mãos a mulher sustenta a vida expressa na flor/útero, gestada no chão da história entre alegrias e dores, que ela carrega em seu seio como projeto para construção do Reino de vida que se concretiza. Com a outra mão ela segura a lâmpada que ilumina a realidade e expressa a ação de anúncio/denúncia e ação solidária.

Além da tenda, vemos, junto à caminhada dos religiosos/as presentes na veste da mulher, uma pessoa debruçada, atitude que evoca a Leitura Orante da Palavra de Deus. Já o pingo d’água presente no desenho brota da folha da esperança como orvalho sobre o deserto e gera ondas. Da flor do ventre, expressa na vida de uma criança, a pessoa, o microespaço, surge a grande flor que tem como centro o mundo, as estruturas, o meio ambiente a dimensão macro da realidade.

A flor apresenta alguns elementos, rostos que compõem a diversidade de realidade na qual a Vida Religiosa se faz presente. Perpassando todo o desenho, uma faixa vermelha simboliza o projeto do Reino que como sangue sustenta a vida e é presença do Espírito Criador e Salvador que impulsiona e sustenta a caminhada da vida religiosa no Brasil e no mundo.

IR. ANDERSON AUGUSTO DE SOUZA PEREIRA, MSC

A aparente derrota de Jesus de Nazaré diante da violência desencadeada pelo poder religioso de Jerusalém ressurgiu na “manhã do primeiro dia da semana”¹ e deu uma nova tonalidade à luz matinal que se derramava pelas planícies da Palestina.

É impossível ficar indiferente ao ocorrido. Quando tudo parecia perdido e a esperança apresentava-se vã, o Pai exaltou o Filho e garantiu ao ser humano criado à sua “imagem e semelhança”² que a última palavra jamais será da morte.

Por sua configuração e missão, a Vida Religiosa Consagrada deve ser no mundo este sinal de esperança, que impulsiona homens e mulheres a não dar as costas aos desafios, sobretudo quando não veem suas expectativas correspondidas, como aconteceu com os discípulos de Emaús.³

O modo de viver de Jesus era atraente, provocava “nos discípulos o desejo de viverem a mesma experiência”. Em sua mensagem para 47^o Dia Mundial de Oração pelas Vocações, o Papa Bento XVI, destacando a celebração do Ano Sacerdotal, nos lembra que permanecer com Jesus é, para seus seguidores, certeza de estar no caminho certo, ainda que não seja possível vislumbrar o que haverá após a próxima curva.

E o panorama com o qual nos deparamos frequentemente nos surpreende e não raramente nos condiciona a tomar caminhos não tão em sintonia com o itinerário de Jesus. Os padrões ditados pelo sistema capitalista dominador que impera no mundo conhecido nos arrastam e seduzem. Quando

1. Lc 24,1.

2. Gn 1,26.

3. Lc 24,13-35.

o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic) assumiu o projeto comum de uma Campanha da Fraternidade ecumênica, para analisar, refletir e debater a questão econômica, é porque o cálice da humanidade já está transbordando do vinagre que amarga e faz estremecer, como aquele com o qual tentaram saciar a sede de Jesus no Gólgota.

Frei Lisaneos Prates, om, em seu artigo “Campanha da Fraternidade 2010: compromisso para a Vida Religiosa”, nos favorece ir ao encontro das propostas da Igreja, que mais uma vez insiste em assumir “a vida em primeiro lugar”, e nos alerta que, “no contexto da organização Pós-Moderna da sociedade, na mediação das atuais estruturas econômicas, é indubitável que os grandes monstros que ameaçam a VRC são os mesmos que ameaçam a vida cristã num sentido mais amplo”. “Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” soa para quem optou pelo seguimento a Cristo pobre que não adianta maquiagem as situações, é necessário dar testemunho de solidariedade, ser agentes de transformação junto às populações mais desprotegidas e buscar meios que construam um “projeto econômico a serviço da vontade de Deus”.

Posturas que levem a tal envolvimento com a causa dos mais empobrecidos e postos à margem da sociedade nos ajudam a perceber que só é possível viver a “caridade, na verdade”. Padre João Batista Libanio, ao nos apresentar uma reflexão sobre a encíclica de Bento XVI *Caritas in Veritate*, afirma: “O amor se define como força propulsora da justiça e paz. Portanto, não se trata de qualquer tipo de amor. Ele se mostra autêntico ao vestir-se de verdade. Defender a verdade constitui-se forma de amor”. Demonstrando que há uma visível afinação entre a reflexão do pontífice e a da Igreja no Brasil, o autor destaca que “pela via do capitalismo neoliberal não há salvação. Apela o Papa para os poderes públicos e para ação organizada da sociedade, a fim de ordenarem o descontrole da globalização econômica”.

Num mundo onde grupos específicos assumem o monopólio de organizações e movimentos em vista de fama e domínio, precisamos estar vigilantes para, no que diz respeito aos valores evangélicos e cristãos, não repetir essa dinâmica.

Em tempos de Missão Continental a prioridade é nos conscientizar de que

a solidariedade missionária se realiza através da inculturação concreta nos contextos. Não somos os supervisores do projeto de Deus nem das “obras sociais” que inspiramos [...] A eficácia missionária não está nos instrumentos utilizados nem na liderança em “nossas obras”, mas na coerência entre a mensagem do Reino e sua contextualização, também através do nosso estilo de vida.

Este é um dos argumentos de Padre Paulo Suess ao tecer uma reflexão sobre a “Hermenêutica da continuidade com descontinuidade: leitura dialética do Concílio Vaticano II”. A Igreja é de natureza missionária, e Jesus não se instalou num lugar determinado, mas peregrinou continuamente, indo ao encontro das necessidades das pessoas, não esperando que as pessoas o procurassem. Por essa mobilidade ele pôde conhecer as realidades sociais e religiosas do seu tempo.

Dentre os gritos que ecoam como uma única onda sonora em nosso planeta está a crise ecológica, cujas implicações se fazem sentir através de diferentes eventos *cataclísmicos*. A criação é um inusitado dom do Pai, assim afirma Frei Sinivaldo S. Tavares, ofm, no artigo “A criação em face do novo paradigma ecológico: dom de Deus e responsabilidade humana”. Urge assimilarmos esta verdade para que respondamos à ordem do Criador de cultivar e guardar a natureza criada.⁴ Deus criou os bens deste mundo para servir ao ser humano; portanto “toda vez que se fere os direitos das demais criaturas e do planeta como um todo acaba-se desrespeitando os direitos da pessoa humana”.

Neste número de Convergência, destacamos um informe especial para, ao mesmo tempo, fazer memória e manifestar a gratidão de toda a Vida Religiosa do Brasil pela vida e missão de Padre Marcello de Carvalho Azevedo. Em sua trajetória histórica está evidente o zelo de religioso jesuíta e de animador incansável da Vida Religiosa. Seria incoerên-

4. Cf. Gn 2,15.

cia afirmar que sua páscoa definitiva abre uma lacuna nos espaços marcados por sua presença e ação. O que manifestamos, na verdade, é o sincero reconhecimento ao Senhor, que o inspirou no apostolado assumido, e à Companhia de Jesus, por ter generosamente aberto espaço na vida de Padre Marcello abrangendo a caminhada de tantos outros Institutos religiosos.

Caros leitores e leitoras, é esta diversidade de motivações que nos impulsiona a não dar as costas às realidades desafiadoras da nossa missão, mas imprimir sempre uma nova tonalidade à luz de nossas ressurreições diárias.

IRMÃ MARIA JUÇARA DOS SANTOS, FDZ

Padre Marcello de Carvalho
Azevedo, sj.

Memória e gratidão

No dia 24 de fevereiro, às 7h30, faleceu em Belo Horizonte, aos 82 anos de idade, Padre Marcello de Carvalho Azevedo, sj.

Com 66 anos dedicados à Companhia de Jesus, Padre Marcello deixou marcas profundas na história da Vida Religiosa do Brasil. De 1968 a 1977, foi presidente nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Durante sua gestão criou a Equipe de Reflexão Teológica (ERT) da CRB, que assessora a Diretoria Nacional em assuntos da área teológica.

Irmã Delir Brunelli, cf, membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB, assim se expressa sobre Padre Marcello:

Um irmão que deixou marcas profundas na Vida Religiosa e, principalmente, na CRB. Fui testemunha de sua luta incansável para superar a crise dos anos 1970, e também de todo o seu empenho em fazer da CRB um espaço de animação da Vida Consagrada, no espírito do Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla. A própria ERT surgiu nesse contexto. Deus seja louvado por tudo o que realizou através de seu servo fiel!

Publicamos a seguir o necrológio que nos foi encaminhado pelo Padre Nilson Marostica, sj, do Rio de Janeiro.

Padre Marcello de Carvalho Azevedo nasceu em Belo Horizonte no dia 18 de abril de 1927. Era filho de Josué de Azevedo e de Dona Benvinda de Carvalho Azevedo. Foi batizado e crismado por Dom Cabral, na Igreja de São José, no centro da capital mineira.

Estudou no Aloisianum, no Rio de Janeiro, e ingressou no noviciado da Companhia de Jesus, em Nova Friburgo, no dia 1º de fevereiro de 1944. Sua formação até a Filosofia continuou no Colégio de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Fez o seu magistério como professor no Colégio Pio Brasileiro de Roma e nesse mesmo tempo cursou o mestrado em Filosofia na Universidade Gregoriana. Daí seguiu para os estudos de Teologia na Theologische Fakultät de Frankfurt am Main, Alemanha. Foi ordenado padre pelo núncio da Alemanha, D. Edmundo Munck, aos 31 de julho de 1957.

Em 1958, foi convocado para assumir interinamente o programa brasileiro da Rádio Vaticano e foi o primeiro a anunciar a todo o Brasil a morte do Papa Pio XII, conforme artigo que encontramos no *Correio da Manhã*. Veio ao Brasil para fazer sua Terceira Provação em Três Poços, retornando em seguida a Roma, para fazer o mestrado em Teologia na Universidade Gregoriana. Pronunciou seus últimos votos no Gesù. De 1963 a 1971 foi *superior provincial* da vice-província Goiano-Mineira, e de 1968 a 1977 foi *presidente nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)*. Depois foi diretor e pesquisador do *Centro João XXIII* e IBRADES.

Padre Marcello se caracterizava por sua aplicação e dinamismo no campo da Vida Religiosa, à qual dedicou boa parte das suas atividades no Brasil e no exterior. Suas palestras, artigos, livros, foram por demais apreciados, alguns deles traduzidos em vários idiomas (algumas vezes ele mesmo os traduziu). Sua vida foi marcada, num primeiro momento, como *superior provincial* da jovem vice-província Goiano-Mineira, quando elaborou os planos e projetos de otimização. Logo em seguida assumiu a presidência da *CRB*, quando teve de enfrentar sérios problemas administrativos. No Centro João XXIII imprimiu sua característica de organização e eficiência. Seu currículo se estende por

mais de trinta páginas, elencando livros, artigos, catequeses, palestras, congressos, participações e cursos por mais de 28 países.

Religioso preocupado com a vida espiritual, foi um homem de acolhimento fácil, amigo, dotado de sensibilidade e respeito pelos outros, muita oração, estudo e trabalho. Este grande homem, simples, amigo, intelectual de grande competência, poliglota, religioso que fez tanto bem à Vida Religiosa na América Latina, foi vencido pelo mal de Alzheimer e ressuscitou para o Senhor no dia 24 de fevereiro de 2010, às 07h30, na Casa de Saúde Ir. Luciano Brandão, em Belo Horizonte, sua cidade natal, aos 82 anos de idade e 66 de Companhia.

A Conferência dos Religiosos do Brasil se faz voz de todas as Instituições associadas para elevar ao Senhor, que nos marca com seu selo, o mais sincero louvor pelo dom que foi, para todos nós, a pessoa de Padre Marcello.

À Companhia de Jesus, profunda gratidão pela riqueza que nos permitiu usufruir compartilhando mais de perto a vida de Padre Marcello.

Mensagem do Santo Padre para o 47º Dia Mundial de Oração pelas Vocações

(25 de abril de 2010 – IV domingo de Páscoa)

O testemunho suscita vocações

Veneráveis Irmãos no Episcopado e no Sacerdócio,
Amados Irmãos e Irmãs!

O 47º Dia Mundial de Oração pelas Vocações, que será celebrado no IV Domingo de Páscoa – Domingo do “Bom Pastor” –, a 25 de abril de 2010, oferece-me a oportunidade de propor à vossa reflexão um tema que quadra bem com o Ano Sacerdotal: *O testemunho suscita vocações*. De fato, a fecundidade da proposta vocacional depende primariamente da ação gratuita de Deus, mas é favorecida também – como o confirma a experiência pastoral – pela qualidade e riqueza do testemunho pessoal e comunitário de todos aqueles que já responderam ao chamamento do Senhor no ministério sacerdotal e na vida consagrada, pois o seu testemunho pode suscitar noutras pessoas o desejo de, por sua vez, responder com generosidade ao apelo de Cristo. Assim, este tema apresenta-se intimamente ligado com a vida e a missão dos sacerdotes e dos consagrados. Por isso, desejo convidar todos aqueles que o Senhor chamou para trabalhar na sua vinha a renovarem a sua fidelidade de resposta, sobretudo neste Ano Sacerdotal que proclamei por ocasião dos 150 anos de falecimento de São João Maria Vianney, o Cura d’Ars, modelo sempre atual de presbítero e pároco.

Já no Antigo Testamento os profetas tinham consciência de que eram chamados a testemunhar com a sua vida aquilo que anunciavam, prontos a enfrentar mesmo a incompreensão, a rejeição, a perseguição. A tarefa, que Deus lhes confiara, envolvia-os completamente, como um “fogo ardente” no coração impossível de conter (cf. Jr 20,9), e, por isso,

estavam prontos a entregar ao Senhor não só a voz, mas todos os elementos da sua vida. Na plenitude dos tempos, será Jesus, o enviado do Pai (cf. Jo 5,36), que, através da sua missão, testemunha o amor de Deus por todos os homens sem distinção, com especial atenção pelos últimos, os pecadores, os marginalizados, os pobres. Jesus é a suprema Testemunha de Deus e da sua ânsia de que todos se salvem. Na aurora dos novos tempos, João Batista, com uma vida gasta inteiramente para preparar o caminho a Cristo, testemunha que, se cumprem, no Filho de Maria de Nazaré, as promessas de Deus. Quando o vê chegar ao rio Jordão, onde estava batizando, João indica-o aos seus discípulos como “o cordeiro de Deus, aquele que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). O seu testemunho é tão fecundo que dois dos seus discípulos, “ouvindo o que ele tinha dito, seguiram Jesus” (Jo 1,37).

Também a vocação de Pedro, conforme no-la descreve o evangelista João, passa pelo testemunho de seu irmão André; este, após ter encontrado o Mestre e aceito o seu convite para permanecer com ele, logo sente necessidade de comunicar a Pedro aquilo que descobriu “permanecendo” junto do Senhor: “‘Encontramos o Messias’ (que quer dizer Cristo). E levou-o a Jesus” (Jo 1,41-42). O mesmo aconteceu com Natanael – Bartolomeu –, graças ao testemunho doutro discípulo, Filipe, que cheio de alegria lhe comunica a sua grande descoberta: “Acabamos de encontrar aquele de quem escreveu Moisés na Lei e que os profetas anunciaram: é Jesus, o filho de José, de Nazaré” (Jo 1,45). A iniciativa livre e gratuita de Deus cruza-se com a responsabilidade humana daqueles que acolhem o seu convite, e interpela-os para se tornarem, com o próprio testemunho, instrumentos do chamamento divino. O mesmo acontece, ainda hoje, na Igreja: Deus serve-se do testemunho de sacerdotes fiéis à sua missão, para suscitar novas vocações sacerdotais e religiosas para o serviço do seu Povo. Por esta razão, desejo destacar três aspectos da vida do presbítero, que considero essenciais para um testemunho sacerdotal eficaz.

Elemento fundamental e comprovado de toda a vocação ao sacerdócio e à vida consagrada é a amizade com Cristo.

Jesus vivia em constante união com o Pai, e isto suscitava nos discípulos o desejo de viverem a mesma experiência, aprendendo dele a comunhão e o diálogo incessante com Deus. Se o sacerdote é o “homem de Deus”, que pertence a Deus e ajuda a conhecê-lo e a amá-lo, não pode deixar de cultivar uma profunda intimidade com ele e permanecer no seu amor, reservando tempo para a escuta da sua Palavra. A oração é o primeiro testemunho que suscita vocações. Tal como o apóstolo André comunica ao irmão que conheceu o Mestre, assim também quem quiser ser discípulo e testemunha de Cristo deve tê-lo “visto” pessoalmente, deve tê-lo conhecido, deve ter aprendido a amá-lo e a permanecer com ele.

Outro aspecto da consagração sacerdotal e da vida religiosa é o dom total de si mesmo a Deus. Escreve o apóstolo João: “Nisto conhecemos o amor: Jesus deu a sua vida por nós, e nós devemos dar a vida pelos nossos irmãos” (1Jo 3,16). Com estas palavras, os discípulos são convidados a entrar na mesma lógica de Jesus que, ao longo de toda a sua vida, cumpriu a vontade do Pai até à entrega suprema de si mesmo na cruz. Manifesta-se aqui a misericórdia de Deus em toda a sua plenitude; amor misericordioso que derrotou as trevas do mal, do pecado e da morte. A figura de Jesus que, na Última Ceia, se levanta da mesa, depõe o manto, pega uma toalha, ata-a à cintura e se inclina a lavar os pés dos Apóstolos, exprime o sentido de serviço e doação que caracterizou toda a sua vida, por obediência à vontade do Pai (cf. Jo 13,3-15). No seguimento de Jesus, cada pessoa chamada a uma vida de especial consagração deve esforçar-se por testemunhar o dom total de si mesma a Deus. Daqui brota a capacidade para se dar depois àqueles que a Providência lhe confia no ministério pastoral, com dedicação plena, contínua e fiel, e com a alegria de fazer-se companheiro de viagem de muitos irmãos, a fim de que se abram ao encontro com Cristo e a sua Palavra se torne luz para o seu caminho. A história de cada vocação cruza-se quase sempre com o testemunho de um sacerdote que vive jubilosamente a doação de si mesmo aos irmãos por amor do Reino dos Céus. É que a presença e a palavra de um padre são capazes de despertar interrogações e de conduzir mesmo a decisões definitivas.¹

1. Cf. João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Pastores dabo vobis*, n. 39.

Um terceiro aspecto que, enfim, não pode deixar de caracterizar o sacerdote e a pessoa consagrada é viver a comunhão. Jesus indicou, como sinal distintivo de quem deseja ser seu discípulo, a profunda comunhão no amor: “É por isto que todos saberão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35). De modo particular, o sacerdote deve ser um homem de comunhão, aberto a todos, capaz de fazer caminhar unido todo o rebanho que a bondade do Senhor lhe confiou, ajudando a superar divisões, sanar lacerações, aplanar contrastes e incompreensões, perdoar as ofensas. Em julho de 2005, no encontro com o Clero de Aosta, afirmei que os jovens, se virem os sacerdotes isolados e tristes, com certeza não se sentirão encorajados a seguir o seu exemplo. Levados a considerar que tal possa ser o futuro de um padre, veem aumentar a sua hesitação. Torna-se importante, pois, realizar a comunhão de vida, que lhes mostre a beleza de ser sacerdote. Então, o jovem dirá: “Isto pode ser um futuro também para mim, assim pode-se viver”.² O Concílio Vaticano II, referindo-se ao testemunho capaz de suscitar vocações, destaca o exemplo de caridade e de fraterna cooperação que devem oferecer os sacerdotes.³

Apraz-me recordar o que escreveu o meu venerado predecessor João Paulo II: “A própria vida dos padres, a sua dedicação incondicional ao rebanho de Deus, o seu testemunho de amoroso serviço ao Senhor e à sua Igreja[...], a sua concórdia fraterna e o seu zelo pela evangelização do mundo são o primeiro e mais persuasivo fator de fecundidade vocacional”.⁴

Poder-se-ia afirmar que as vocações sacerdotais nascem do contato com os sacerdotes, como se fossem uma espécie de patrimônio precioso comunicado com a palavra, o exemplo e a existência inteira.

Isto aplica-se também à vida consagrada. A própria existência dos religiosos e religiosas fala do amor de Cristo, quando o seguem com plena fidelidade ao Evangelho e assumem com alegria os seus critérios de discernimento e conduta. Tornam-se “sinais de contradição” para o mundo, cuja lógica frequentemente é inspirada pelo materialismo,

2. *Insegnamenti*, vol. I/2005, 354.

3. Cf. Decreto *Optatum totius*, n. 2.

4. *Pastores dabo vobis*, n. 41.

o egoísmo e o individualismo. A sua fidelidade e a força do seu testemunho, porque se deixam conquistar por Deus renunciando a si mesmos, continuam a suscitar no ânimo de muitos jovens o desejo de, por sua vez, seguirem Cristo para sempre, de modo generoso e total. Imitar Cristo casto, pobre e obediente e identificar-se com ele: eis o ideal da vida consagrada, testemunho do primado absoluto de Deus na vida e na história dos homens.

Fiel à sua vocação, cada presbítero, cada consagrado e cada consagrada transmite a alegria de servir Cristo, e convida todos os cristãos a responderem à vocação universal à santidade. Assim, para se promoverem as vocações específicas ao ministério sacerdotal e à vida consagrada, para se tornar mais forte e incisivo o anúncio vocacional, é indispensável o exemplo daqueles que já disseram o próprio “sim” a Deus e ao projeto de vida que ele tem para cada um. O testemunho pessoal, feito de opções existenciais e concretas, há de encorajar, por sua vez, os jovens a tomarem decisões empenhativas que envolvem o próprio futuro. Para ajudá-los, é necessária aquela arte do encontro e do diálogo capaz de os iluminar e acompanhar sobretudo através do exemplo de vida abraçada como vocação. Assim fez o Santo Cura d’Ars, que, no contato permanente com os seus paroquianos, “ensinava sobretudo com o testemunho da vida. Pelo seu exemplo, os fiéis aprendiam a rezar”.⁵

Que este Dia Mundial possa oferecer, uma vez mais, preciosa ocasião para muitos jovens refletirem sobre a própria vocação, abrindo-se a ela com simplicidade, confiança e plena disponibilidade. A Virgem Maria, Mãe da Igreja, guarde o mais pequenino gérmen de vocação no coração daqueles que o Senhor chama a segui-lo mais de perto; faça com que se torne uma árvore frondosa, carregada de frutos para o bem da Igreja e de toda a humanidade. Por esta intenção rezo, enquanto concedo a todos a Bênção Apostólica.

Vaticano, 13 de novembro de 2009.

BENTO XVI

5. Carta de Proclamação do Ano Sacerdotal, 16.6.2009.

Campanha da Fraternidade 2010: compromisso para a Vida Religiosa

LISANEOS PRATES*

Introdução

Ao longo desta nossa reflexão, queremos buscar a pertinência da relação entre a Campanha da Fraternidade (CF) 2010 e a Vida Religiosa Consagrada a partir do sentido de compromisso que marca ambos os projetos eclesiais. A CF deste ano é de cunho ecumênico e tem como temática uma reflexão em torno da relação entre “Economia e Vida”, com o lema “‘Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro’ (Mt 6,24)”.

No primeiro ponto queremos traçar um paralelo aproximativo entre aquilo que se preconiza como proposta feita pela CF-2010 e a Vida Religiosa Consagrada. No segundo ponto vamos tratar de determinados conteúdos temáticos específicos que são comuns à CF deste ano e à VRC. Logicamente, o nosso enfoque é apresentar em linhas gerais a proposta da CF-2010 e sua incidência na VRC como compromisso que poderá ser assumido pelas nossas comunidades religiosas.

A proposta da Campanha da Fraternidade 2010 e a Vida Religiosa

A CF-2010 se circunscreve num vasto horizonte eclesial-histórico situado na década de 1960, no bojo das grandes e excelentes transformações eclesiais e sociais, políticas e culturais que marcaram aquele período de rara criatividade na história e na vida da Igreja. Juntamente com a Teolo-

* **Frei Lisaneos Prates** pertence à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, na qual cumpre a função de Superior Provincial da Província Mercedária do Brasil. Estudou Teologia na Pontifícia Universidade de Salamanca e na Universidade Gregoriana de Roma, onde obteve o doutorado em Teologia Dogmática. Atualmente, é professor no Curso de Pós-Graduação da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – PUC-SP. **Endereço do autor:** Avenida L2 Sul – Quadra 615 – Bl D, Brasília-DF, CEP 70200-750. **E-mail:** lprates@sti.com.br.

1. Para uma exposição sobre o pensamento teológico na América Latina, cf.: AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Atualidade da Teologia da Libertação. *Convergência* 422 (2009) 374-397.

2. Para um estudo amplo sobre a dimensão histórico-teológica e eclesial-pastoral das Campanhas da Fraternidade como sendo um arrojado projeto da Igreja no Brasil a serviço de um compromisso fraternal-libertador, cf.: PRA-TES, Lisaneos. *Fraternidade libertadora. Uma leitura histórico-teológica das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2007.

3. Cf. Texto-base da Campanha da Fraternidade 2010, nn. 13-14.

gia da Libertação,¹ reflexão teológica com uma epistemologia, hermenêutica e metodologia *sui generis* nascida no solo latino-americano e com uma marca eclesial e pastoral própria, o projeto em torno da Campanha da Fraternidade e suas propostas, indubitavelmente, é o que resta de mais original e atual daquilo que foi a real revolução copernicana no âmbito da reflexão teológica e da concepção e prática eclesial. O eixo eclesial mais importante desse tempo de renovação e criatividade eclesial inédita é o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, posteriormente, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968), realizada em Medellín, Colômbia. Nesse sentido, podemos asseverar que o desenrolar histórico e teológico das Campanhas da Fraternidade da Igreja no Brasil foi sendo implementado no período que vai do ano 1962 ao ano 1965, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) assume de forma definitiva tal projeto eclesial.² A CF-2010 corresponde à quadragésima sétima campanha realizada ao longo deste amplo caminho eclesial inaugurado em 1964, ano que marcou o primeiro lançamento nacional protagonizado pela CNBB. E, mais especificamente, a CF-2010 tem um caráter de ecumenicidade, sendo, assim, a terceira ecumênica proposta pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), a exemplo dos anos de 2000 e 2005. Há, portanto, uma continuidade com as duas Campanhas anteriores.³

Horizonte da proposta da CF-2010

As Campanhas da Fraternidade têm sempre uma temática em que predomina o vocábulo fraternidade com sua catalisadora densidade teológico-pastoral vinculada a outros termos que dão o sentido daquilo que se propõe com dita Campanha. Neste caso, a semântica que carrega consigo o termo fraternidade aparece referenciado ao sentido que se quer dar à palavra economia relacionada com o significado da vida do ser humano. A justificativa para a eleição de tal temática aparece vinculada ao tema e ao lema em torno da paz preconizados pela Campanha ecumênica de 2005, na seguinte afirmação:

Sabemos que a paz é ilusória quando o interesse econômico sacrifica pessoas, cria desigualdades inaceitáveis e acaba sendo um ídolo que governa a vida da sociedade. Nesse espírito foram pensados o tema desta nova Campanha, “*Economia e vida*”, e seu lema: “*Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro*” (Mt 6,24).⁴

Desde o horizonte temático e lemático se esgrime o objetivo geral e os objetivos específicos propostos, os quais motivam a engrenagem e dinâmica da Campanha no que concerne àquilo que se quer alcançar no processo de conscientização na mediação da fé cristã. Com essa finalidade, o objetivo geral correspondente a esta Campanha aparece na seguinte proposição: “Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão”.⁵ Os cinco objetivos específicos funcionam como mediações que devem ir apontando para as realizações mais concretas do objetivo geral. Como, por exemplo: valorização específica da pessoa no âmbito social, superação do consumismo em função do “ter” colocado por cima das pessoas, estreitar a convivência social buscando superar o individualismo ou isolamento, superação do desquite entre a fé e a vida na mediação da justiça do Evangelho, conversão individual expressada na responsabilidade social.⁶

Uma aproximação à estrutura e à lógica do conteúdo do texto-base desta Campanha nos permite asseverar que tal conteúdo afirmado nos números 21-42 constitui a chave de leitura para se ler, compreender e interpretar o conjunto contedístico de todo o desenvolvimento textual apresentado. Com a frase afirmativa “A vida em primeiro lugar” se postula a importância dada à temática da vida humana em confronto com uma concepção tecnicista da economia em detrimento da desvalorização da vida e da pessoa. Uma concepção da economia que não favoreça a vida faz com que a mesma economia acabe prestando um desserviço à vida e à pessoa, sobretudo aos pobres e excluídos dos gran-

4. Id., n. 15.

5. Id., n. 16.

6. Cf. id., n. 18.

des projetos socioeconômicos. O apego exacerbado aos bens materiais regido pela ditadura de um tipo de materialismo consumista que se impõe na tessitura social vai minando a vida e gerando as situações de morte que afetam os mais vulneráveis da sociedade. Aqui o critério de discernimento de tais armas causadoras da morte é a seguinte assertiva do Evangelho: “Cuidado! Guardai-vos de toda ganância; não é pelo fato de um homem ser rico que ele tem a vida garantida pelos seus bens (Lc 12,15)” (Texto-base, p. 23). Sob esta guia magna são apresentadas as grandes temáticas que vão guiando a reflexão neste bloco de números, tais como: “A dádiva da vida e a lógica do mercado” (nn. 21-22); “Agradecer é diferente de pagar” (n. 23); “A vida de cada um, ligada à vida de todos” (n. 24); “Economia a serviço da vida ou vidas à disposição da economia?” (nn. 25-26). E, por fim, é dada uma ênfase mais ecológica ou holística através da valorização de elementos como o “Valor econômico da água” (nn. 27-33); “Transformação da água em mercadoria” (nn. 34-36); “Planeta Terra, casa de todos” (nn. 38-40); e “Desafios e esperanças” (nn. 41-42), um horizonte aberto a um futuro esperançador e promissor.

A concepção da vida no horizonte da antropologia cristã é o que de início vai norteando e normatizando o conteúdo inicialmente desenvolvido nestes números 21-42, apresentados como a chave para uma leitura mais aprofundada do texto-base no seu conjunto. A vida é apresentada não como um conceito vazio, mas, na linha da concepção da antropologia teológica, se concretiza e se realiza na singularidade insubstituível de cada pessoa na sua identidade singular. A vida é uma dádiva do Deus Criador e somente deverá ser entendida como resultante da gratuidade do ser amor incondicional. Em contraposição a esta maneira de conceber a vida vinculada à pessoa na dinâmica da gratuidade amorosa que procede do Deus Criador, o mercado, determinado pela sua ideologia, impõe a brutalidade de um materialismo consumista mediado pela ação de vender e comprar, sob a égide do dinheiro e do lucro. Tal esteio impostor do mercado acaba determinando a dinâmica de uma estrutura

econômica que dizima tudo aquilo que significa a gratuidade amorosa da vida e a possibilidade inaudita de o ser humano aprender a agradecer por tão grande dádiva recebida do Deus Criador. E o que jamais deveria acontecer com a vida do ser humano acaba acontecendo, a saber: a mesma é tratada como sendo mais um produto utilitarista submetido à ideologia ditatorial do mercado.⁷

A metodologia utilizada

A metodologia utilizada é o já conhecido método “ver-julgar-agir”, utilizado desde o início das Campanhas da Fraternidade. “A vida ameaçada” é o título que encabeça o conteúdo correspondente ao “ver”, que vai do número 43 ao 68, tendo a seguinte afirmação do Evangelho: “‘Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino e que fazia diariamente brilhantes festins. Um pobre, chamado Lázaro, jazia coberto de úlceras no pórtico de sua casa’ (Lc 16,19-21)”⁸. Já de início este texto parábólico do Evangelho define que a opção preferencial pelos pobres será o critério ou a lente para mirar a realidade onde a vida é constantemente ameaçada e abocada à morte. A afirmação de que “é aos pobres do Brasil e do mundo que se dirige, em primeiro lugar, a atenção dos cristãos e cristãs nesta Campanha ecumênica” (n. 45) corrobora a nossa afirmação de que os pobres, empobrecidos e excluídos dos macros projetos econômicos e sociais estão no centro do objetivo de uma Campanha que evidencia uma contraposição diametralmente antagonista entre Deus e o dinheiro, entre Deus e a riqueza.

A pobreza como condição histórica que é resultante do modelo econômico que organiza a sociedade e a distribuição dos bens “não é uma fatalidade nem o resultado de fenômenos naturais” (n. 47), mas consequência de um processo histórico-econômico desenvolvimentista que favorece os ricos ou potentados economicamente em detrimento da geração de situações de pobreza que avilta e degrada a dignidade humana. Sendo assim, “resultados contraditórios de nossa história constantemente demonstram que as políticas econômicas visaram proteger o patrimônio e os investimentos

7. “[...] Na sociedade de mercado, paga-se pela troca de bens e serviços. Vende-se e compra-se. Não se doa e não se agradece. Ao pagar é liquidada qualquer dívida. A sociedade de mercado nos afasta das raízes da árvore da vida, que são amor, dádiva, fraternidade e solidariedade. Tira-nos dos lábios o agradecimento e do coração o sentimento de gratidão. Mas não somos mercadoria, e nossa vida não depende dos bens que possuímos.” Id., n. 23.

8. Para uma análise desta parábola a partir do conceito teológico “fraternidade”, cf.: PRATES, Lisaneos. *Fraternidade libertadora*, p. 177-181. Também vale a pena colocar em relevo a beleza do poema composto

por Dom Helder Câmara baseado nesta parábola: “Pelo amor que tenho aos ricos – a quem não devo julgar, a quem não posso julgar e que custaram o sangue de Cristo – eu te peço, Lázaro, não fiques nas escadas e não te deixes enxotar... Irrrompe banquete adentro, vai provocar náuseas nos saciados convivas. Vai levar-lhes a face desfigurada de Cristo de que tanto precisam sem saber e sem crer” (Texto-base, n. 46).

9. No discurso de abertura da Conferência de Aparecida, Bento XVI reafirmou de forma categórica a opção preferencial pelos pobres, colocando a fundamentação explicitamente cristológica da mesma com a seguinte afirmação: “[...] a opção preferen-

dos ricos do que cuidar da vida dos pobres” (n. 49). É, portanto, segundo tal indicação, totalmente equivocada uma leitura predestinada ou fatalista da situação de pobreza que assola e mata os pobres. Sua morte deriva de esquemas ideológicos perversos que, através dos mecanismos desumanos de uma tipologia econômica, lhes inviabiliza a possibilidade de vida. Esta proposta da Campanha está totalmente afinada com a renovada e atualizada opção pelos pobres afirmada na V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em Aparecida realizada no ano de 2007.⁹

O segundo elemento que compõe o método é o “julgar”, que perpassa os números 69-97, tendo como guia a frase “Economia para a vida” e onde se retoma o lema da Campanha: “‘Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro’ (Mt 6,24)”. Isto significa dizer que o lema proposto é o critério de juízo para discernir as estruturas econômicas que atentam contra a vida do ser humano, a qual já foi vista e afirmada como sendo um valor absoluto em si mesmo e que, portanto, não pode ser granjeada por nenhum outro valor, muito menos pelo dinheiro, lucro, materialismo, consumismo.

A economia existe para a pessoa e para o bem comum da sociedade, não a pessoa para a economia. Tem havido uma inversão de valores. A economia é simplesmente um instrumento que deve estar a serviço das pessoas e não o contrário. O lema desta Campanha, a afirmação de Jesus registrada no Evangelho segundo Mateus: “*Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro*” (Mt 6,24), nos propõe uma escolha entre os valores do plano de Deus e a rendição diante do dinheiro, visto como valor absoluto dirigindo a vida. O problema não é o dinheiro em si, mas o uso que dele se faz [...]. Deve ser usado para servir ao bem comum das pessoas, na partilha e na solidariedade (n. 69).

Como se denota neste número, o conceito de vida é radicalmente vinculado ao conceito de pessoa, que traduz uma genuína intuição típica da antropologia cristã. E, por sua vez, a concepção de pessoa é estreitamente unida à concep-

ção de bem comum, expressão determinante na Doutrina Social da Igreja ao longo de séculos. Isto implica a superação de uma concepção do tipo individualista do ser humano em função de uma concepção personalista-social na qual a magnitude da pessoa e sua expressividade mais significativa é do tipo sociopessoal. Vale dizer: a pessoa não se dilui numa organização social massificadora, perdendo sua singularidade intransferível, como também a mesma pessoa não pode ser definida numa tipologia individualista embocada e fechada sobre si mesma. Numa expressão: a pessoa não deve ser definida a partir de um comunitarismo ou individualismo fechados.¹⁰

O “agir” é o terceiro elemento que compõe a proposição metodológica adotada e se estende do número 98 ao 126. A ação por excelência que deverá marcar a busca da superação de uma economia que não serve à vida é propriamente “promover a vida” como valor definitivo. Aqui o compromisso passa pela partilha dos bens, sobretudo aqueles que foram acumulados de forma iníqua. Partilhar significa colocar os bens à disposição da promoção da dignidade dos pobres, que são os mais lesados diante do acúmulo desenfreado do dinheiro em função do lucro e da acumulação da riqueza.¹¹ Trata-se, destarte, do ressarcimento social dos bens que foram retirados dos pobres, por serem eles as vítimas dos esquemas iníquos e perversos de determinados mecanismos econômicos que se aliam à morte e não à vida.

Vida Religiosa Consagrada e compromisso com a Campanha da Fraternidade 2010

Lançando uma mirada histórica sobre a gênese e a teologia da Vida Religiosa Consagrada, constatamos que o seu nascimento no coração da Igreja e do mundo teve como um dos seus objetivos recuperar o uso sóbrio e austero dos bens materiais. De modo que, ao longo da história, este objetivo foi sendo configurado naquilo que hoje denominamos teologicamente como sendo um voto ou mesmo um devotamento ao compromisso com uma vida pobre. Destarte, que o não se apegar aos bens materiais ou a uma vida despojada

cial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (cf. 2Cor 8,9)”. Cf. *Palavras do Papa Bento XVI no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 111. Esta proposição foi amiúde afirmada por *Aparecida*. Cf. DAp nn. 393-397.

10. Neste sentido, a antropologia cristã terá uma diversidade de âmbitos, a saber (Texto-base, n. 72):

“• No âmbito social, a Bíblia nos mostra profetas acusando reis e gente poderosa que enriquece à custa do povo e não cuida bem daqueles a quem deveriam servir (Is 3,13-15; Jr 5,27-29; 8,11-12; Ez 34,2-4; Am 3,10).

• No âmbito comunitário,

a Bíblia tem propostas para a convivência, como, por exemplo, a diária do trabalhador que deve ser paga no mesmo dia, pois ele precisa disso para viver (Ex 19,13), e o socorro ao pobre que estiver por perto (Dt 15,7-11).

- No âmbito pessoal, cada um é chamado a não praticar corrupção, afastar-se da desonestidade e viver a partilha no amor fraterno (veja, por exemplo, os conselhos de João Batista aos que o procuram –Lc 3,10-14).

- No âmbito eclesial e da prática religiosa: Deus quer primeiro a justiça e a fraternidade. Só assim ele aceita o culto que lhe é oferecido no templo (cf. Am 5,24). A Carta de Tiago lembra que Igreja não é lugar

dos mesmos é uma mediação constitutiva da VRC. É o que precisamente hoje se denomina voto de pobreza. Sendo a VRC um serviço a Deus no formato de uma consagração a ele e, concomitantemente, um serviço ao povo, sobretudo aos mais pobres, a afirmação lematizada da CF-2010 “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro” pode e deve ser aplicada diretamente às comunidades que se propõem viver o projeto da VRC.

No contexto da organização Pós-Moderna da sociedade na mediação das atuais estruturas econômicas, é indubitável que os grandes monstros que ameaçam a VRC são os mesmos que ameaçam a vida cristã num sentido mais amplo. No entanto, a radicalidade evangélica da VRC como caminho estreito e desafiante de configuração a Jesus Cristo na mediação do Reino de Deus anunciado e construído na mediação de sua opção pelos pobres, mormente, torna-se uma exigência irreversível para que se possa identificar a veracidade testemunhal de religiosas e religiosos engajados em tal empreitada evangélica. Como orienta o *Documento de Aparecida*, a VRC “é testemunha de liberdade frente ao mercado e às riquezas que valorizam as pessoas pelo ter” (n. 219). Mais do que nunca, observamos que a VRC está sendo sacudida na sua constituição estrutural, existencial e vital pelo fascínio dos monstros ideológicos que impõem a ditadura do materialismo, consumismo, lucro, utilitarismo desenfreados. Afinal de contas, somos filhos e filhas do nosso tempo cultural, do nosso contexto histórico.

Observamos que a questão econômica é determinante para a dimensão *ad intra* da VRC – pensando aqui na importância dos relacionamentos de comunhão fraternal que somente podem ser sustentáveis numa saudável comunhão de bens. Ainda neste nível mais interno de organização da vida em comunidade, as estruturas econômicas são mediações para que se cumpram as funções de serviço à comunidade. Ou ainda, dito de maneira mais visceral e desafiante: a economia é uma mediação que determina a sempre controversa divisão de “poder” e do seu exercício na dinâmica da vida comunitária. E, aqui, radical e prudentemente, não

é possível servir a Deus e ao dinheiro, que enseja para as comunidades que querem ser expressão daquilo que significa a VRC um ponto forte e exigente de discernimento comunitário e pessoal.

Mas como as nossas comunidades que querem ser tempo e lugar de testemunho da VRC não são mônadas, possuem também uma dimensão *ad extra*, vale dizer, são comunidades atiradas para fora no confronto com as realidades mundanas que as circundam. Esta aventura de êxodo, trânsito ou saída para o mundo coloca tais comunidades diante do desafio de viver a proposta da VRC em contato com tudo aquilo que se articula no contexto histórico atual. E este contexto histórico atual traz a profunda marca de uma economia sem coração, portanto incapaz de atender as necessidades mais básicas que sustentam a dignidade da pessoa humana. Na letra e no espírito da CF-2010, a mediação mais excelente para uma postura a serviço do Deus da vida e de denúncia à idolatria do dinheiro e da riqueza é o profetismo, que sempre abre o vasto horizonte de uma esperança libertária, especialmente para os empobrecidos e excluídos. Tal esperança libertadora aparece na beleza da seguinte afirmação:

A humanidade desperta para uma nova existência de solidariedade mundial, que exige uma concepção planetária do bem comum para dar início a outra civilização. Uma pessoa cristã não pode olhar para o mundo e aceitar que continue a vigorar uma política de sobrevivência somente a serviço dos privilegiados pela riqueza (n. 103).

O ponto iniciático, então, é esta afinada percepção daquilo que está acontecendo no contexto histórico atual, isto é, existe um clima social favorável à projeção de futuro para a humanidade na linha da solidariedade, justiça, equidade em favor da dignidade humana, que enseja a seiva da profecia.

Daqui decorre aquilo que deve ser denunciado como sendo algo que avilta a dignidade do ser humano, inviabilizando o desabrochar de uma vida de qualidade. Eis a consequente denúncia profética: “*Denunciamos a perversidade*

para privilegiar pessoas tendo como critério sua condição social (Tg 2,1-10)”.

11. “A Campanha conclama, portanto, Igrejas, religiões e toda a sociedade para ações sociais e políticas que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas (cf. Texto-base, n. 107).

de todo modelo econômico que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a desigualdade, miséria, fome e morte” (n. 104). Denunciando as perversidades das estruturas econômicas causadoras de morte e insensíveis às transformações sociais a serviço da vida machucada, passa-se a indicar afirmações de compromisso com uma nova ordem econômica nos seguintes pontos:

- “*Afirmamos que a economia deve sustentar a qualidade de vida de todas as pessoas no limite das condições sustentáveis ao Planeta e deve servir ao bem comum, universalizando os direitos sociais, culturais e econômicos*” (n. 105).
- “*Queremos buscar linhas de compromisso concreto e de ação para que a riqueza e a política econômica sejam colocadas a serviço do desenvolvimento integral de toda a sociedade brasileira e da humanidade*” (n. 106).
- “*A Campanha conclama, portanto, Igrejas, religiões e toda a sociedade para ações sociais e políticas que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todas as pessoas*” (n. 107).
- “*As Igrejas, abandonando qualquer tipo de competição prosseguindo sua caminhada ecumênica, precisam se unir na promoção de uma economia a serviço da vida. Para as pessoas de fé cristã, estar ao lado dos pobres não é uma opção entre outras, mas adesão livre ao mandamento do Senhor*” (n. 108).
- “*As Igrejas podem contribuir muito com o desenvolvimento de processos de educação popular, a partir da realidade concreta das pessoas, reforçando o movimento de educação de base, dialogando sobre critérios éticos na perspectiva dos direitos da cidadania, preparando para a vida fraterna, incentivando uma economia de solidariedade*” (n. 111).
- “*É missão das comunidades cristãs dar testemunho de solidariedade e educar os incluídos na sociedade da abundância e do consumismo para que valorizem o ser humano na sua dignidade e não nas aparências e adquiram espírito crítico em relação à propaganda*” (n. 112).

- “[...] optar por uma economia do bem comum e do suficiente, economizar de modo responsável (não como um avaro), reutilizar, reciclar, respeitar com gratidão os dons de Deus e doar com generosidade serviços e bens para socorrer e promover os necessitados” (n. 112).

São esses alguns pontos, dentre outros afirmados, decisivos para um redimensionamento das estruturas econômicas que regem a organização da sociedade brasileira e que decidem as condições de vida ou de morte do nosso povo.

Pensamos que o caráter eminentemente profético da VRC, que sempre caracterizou a sua trajetória ao longo da história do Cristianismo dentro da Igreja e do mundo, deve ser a forma mais apropriada para que tal proposta profética da CF-2010 seja um compromisso assumido pelas nossas comunidades. Não é uma casualidade que, quando a Conferência de Aparecida faz referência à VRC, insiste na sua irrenunciável identidade-compromisso profético. Eis a afirmação:

a VRC é chamada a ser uma vida missionária, apaixonada pelo anúncio de Jesus-verdade do Pai, por isso mesmo radicalmente profética, capaz de mostrar à luz de Cristo as sombras do mundo atual e os caminhos de uma vida nova, para o que se requer um profetismo que aspire até à entrega da vida em continuidade com a tradição de santidade e martírio de tantas e tantos consagrados ao longo da história do Continente. E, a serviço do mundo, uma vida apaixonada por Jesus-vida do Pai, que se faz presente nos mais pequeninos e nos últimos, a quem serve a partir do próprio carisma e espiritualidade (n. 220).

Algumas temáticas comuns entre a Campanha da Fraternidade 2010 e a Vida Religiosa Consagrada

Logicamente, as Campanhas da Fraternidade, como projeto eclesial que perdura na Igreja presente no Brasil desde a década de 1960, de um lado articulado no denso conteúdo

12. A promoção do bem comum faz parte integrante da forma como a Igreja concebe a sociedade e a economia. Cf.

Gaudium et spes, n. 26.

13. “A atividade econômica não pode resolver todos os problemas sociais através da simples extensão da *lógica mercantil*. Esta há de ter como *finalidade a prossecução do bem comum*, do qual se deve ocupar também e sobretudo a comunidade política. Por isso, tenha-se presente que é causa de graves desequilíbrios separar o agir econômico – ao qual competiria apenas produzir riqueza – do agir político, cuja função seria buscar a justiça através da redistribuição.” BENTO XVI. *Caritas in Veritate*, n. 36.

teológico do termo fraternidade – uma real “fraternologia” – e, de outro lado, arraigado na realidade pastoral brasileira, são inconfundíveis com o histórico projeto eclesial de VRC dinamizado na história da Igreja e do mundo através do binômio carisma–espiritualidade. Sendo assim, o que queremos neste item da nossa reflexão é verificar de forma análoga, isto é, como um paralelismo comparativo que se aproxima e se dista ao mesmo tempo, que alguns termos utilizados no texto-base da CF-2010 incidem diretamente naquilo que deve ser o compromisso da VRC na Igreja e no mundo.

O bem comum

Evidentemente, o conceito de bem comum tem um sentido teológico propriamente dito e faz parte integrante da Doutrina Social da Igreja Católica. É certo também que o mesmo tem um significado socioeconômico por servir de critério para se conceber a economia, no seu alcance social ou coletivo, como algo que deve estar a serviço do ser humano.¹² Por sua vez, a concepção de bem comum se vincula estreitamente a uma forma específica de se conceber os bens da criação, ou da natureza, ou ainda produzidos pela sociedade, como pertencentes a todos. É o que significa a conhecida afirmação da destinação universal dos bens. Ou seja, esses não foram criados ou produzidos para alguns, mas para todos. Os bens existentes em todos os níveis não devem beneficiar a vida de alguns em detrimento da vida de outros. A economia deve ser a mediação que possibilite que a destinação universal dos bens aconteça numa busca equilibrada das relações sociais, justa, equânime, solidária, sob o princípio ético-social do bem comum.¹³

Um projeto econômico a serviço da vontade de Deus e não da usura do dinheiro idolatrado não poderia deixar de seguir esta trilha do bem comum que perpassa toda concepção socioeconômica na Igreja Católica. Assim, o texto-base da CF-2010 oferece uma reafirmação do bem comum como critério determinante para uma economia voltada para a vida e dignidade da pessoa. A seguir, apresentamos os prin-

cipais pontos de reflexão para uma adequada compreensão do significado de bem comum:

- “O Bem Comum abrange a existência dos bens necessários para o desenvolvimento da pessoa e a possibilidade real de todas as pessoas de ter acesso a tais bens” (n. 5). Ou seja, os bens devem existir para atender a demanda de sobrevivência vital de cada pessoa e de todas as pessoas no sentido de que estejam ao alcance das mesmas.
- “Bem Comum é diferente de Interesse Geral. Interesse geral não distingue cada pessoa, no grupo. Considera apenas o coletivo. Pode subentender o sacrifício de alguns (usualmente o mais fraco), em consideração a outros, e gerar, em determinados casos, exclusão social” (n. 6). Vale dizer, a busca do bem comum está endereçada à valorização da pessoa singular inserida no tecido social em condições de igualdade definida pela dignidade humana como referencial antropológico pertencente ao ser humano como tal.
- “Todos têm, também, o direito de aproveitar as condições da vida social, decorrentes do Bem Comum. A responsabilidade pela construção do Bem Comum, a despeito de caber a cada pessoa, cabe também à sociedade organizada e ao Estado, pois o zelo pelo Bem Comum é a razão de existir da autoridade política” (n. 7). O que significa asseverar que o bem comum tem como dinâmica incluir na engrenagem ou no funcionamento do sistema econômico os excluídos na participação da produção dos bens sociais que devem estar à disposição de todos. Também o bem comum tem um alcance ético-social no seu significado, isto é, serve de critério para exigir uma participação da sociedade no seu todo e do Estado constituído politicamente, na distribuição dos bens economicamente produzidos.
- “Para se estender a conciliação entre o Bem Comum e o bem particular, é indispensável o exercício de duas Virtudes – a caridade e a justiça – que são o liame interior da vida social, a primeira ensina a vencer o egoísmo e incute a consciência de sociedade que une todas as pes-

soas; a segunda estabelece o reconhecimento e o respeito aos direitos do ‘outro’, seja este o indivíduo, um grupo social intermediário, ou a própria sociedade” (n. 9). Aqui a proposição visa a orientar que, *a priori*, não existe uma contraposição entre bem comum e bem pessoal, já que as duas dimensões são componentes que marcam a estrutura antropológica do ser humano. A exacerbação do bem comum à revelia da dimensão pessoal é comunitarismo cego. E, por sua vez, o extremismo da busca do bem pessoal desquitado da condição social da pessoa se converte num individualismo narcisista.

Este largo horizonte de definição daquilo que significa o bem comum aparece retomado no n. 74 do texto-base, onde se busca esgrimir o conceito bíblico-teológico do mesmo na forma de distribuição da terra feita na tradição israelita do Antigo Testamento.

Certamente, esta apresentação do bem comum que aparece na CF-2010 pode servir de interpelação para as comunidades religiosas, que existem na Igreja e no mundo para ser tempo-lugar de busca radical do bem comum. Neste caso, a VRC tem como dinâmica organizacional e comunitária a não posse individual dos bens em função do bem comum. No entanto, parece que tal compromisso deve aparecer com mais força profética diante de um modelo social vigente calcado numa economia de possessão desenfreada dos bens. O resultado de tal modelo socioeconômico é a eliminação do critério do bem comum como regente equilibrador das estruturas econômicas e sociais em favor dos interesses particulares de possuir os bens sob a sanha do consumismo materialista.

A pessoa como valor inalienável

É provável que a concepção do ser humano como pessoa seja umas das contribuições mais originais do Cristianismo no campo antropológico. De tal forma que, na antropologia teológica, o conceito de pessoa é o mais preferido diante de outros termos utilizados para se compreender o mistério

humano. A pessoa sempre é vista na sua identidade singular e sempre inserida na comunidade, sociedade ou coletividade. Ela é uma realidade humana que pode ser representada na sua condição sociopessoal e pessoal-social sem que uma dimensão deva ser separada da outra. Na antropologia teológica de cunho cristão, a pessoa é a criatura mais importante criada por Deus, por isso ocupa o centro de atenção no tempo e no espaço do mundo criado.

No texto-base da CF-2010, a pessoa aparece como sendo a concretização daquilo que se concebe como vida, ou seja, não se pode conceber a vida como algo abstrato, a pessoa é a realidade antropológica que mais qualitativamente traduz e expressa o sentido da vida. Vida e pessoa, pessoa e vida são concepções e realidades inseparáveis, coextensivas, conaturais, consoantes. Vejamos como esta forma de conceber a pessoa aparece no nosso texto-base:

- “Pessoa é um ser de relações. Na sua individualidade, é único e irrepetível. Inteligente e com vontade livre. Vulnerável e efêmero, com destino transcendente. Credor de direitos e subordinado a deveres. Dotado de vivência espiritual que o eleva a uma eminente dignidade, que lhe confere um valor de fim em si mesma e não apenas um meio” (n. 10). Assim, na sua estrutura onto-antropológica, a pessoa é resultante de uma rede de relações que vai do eu + tu = nós = ele, isto é, do encontro entre um “eu” feminino e um “tu” masculino surge o “ele pessoal” na sua identidade singular que não se repete. Do ponto de vista onto-antropológico, o “ele-pessoal”, *a priori*, já vem habitado por um “nós”, que lhe confere sua condição inarredável de ser social. De outro lado, não é uma mera junção de dois pronomes pessoais – “eu-tu” –, senão que o “ele-pessoal” tem uma individualidade própria ou *sui generis* inerente à sua singularidade pessoal. Características como: relacionabilidade, individualidade, irrepetibilidade, inteligibilidade, vontade, liberdade, vulnerabilidade, efemeridade, transcendentalidade, espiritualidade, dignidade são facetas presentes na magnitude do mistério da pessoa.

14. “A consequência do longo período de acumulação da riqueza e concessões feitas ao povo para evitar crises sociais foi acompanhada também por um processo de domesticação, que faz com que o povo, desacostumado de ter vez e voz, acabe considerando como favor aquilo que deveria ser seu por direito. Diante disso, precisamos pensar no papel da educação, principalmente a partir da realidade familiar, em vista do exercício da cidadania, levando cada pessoa a assumir a sua responsabilidade social, tornando-se capaz de ações transformadoras da sociedade. Ao mesmo tempo, é necessário de-

- “A pessoa é a base da sociedade e seu elemento fundamental e fonte de toda riqueza criativa. O desenvolvimento das sociedades modernas está baseado cada vez mais na sua capacidade criativa e em seu potencial para inovar” (n. 10). Aqui o acento é colocado na relação entre pessoa e sociedade. A existência desta somente é possibilitada pela anterior existência da pessoa e do seu destino prévio orientado para a constituição social. A pessoa, como ser criativo, é que proporciona toda a expressão de criatividade que aparece na configuração social. Tudo aquilo que é possível de ser criado ou inovado no contexto social procede da pessoa como sujeito que protagoniza tal ação.
- “O que define a pessoa é o seu ‘desejo’ de felicidade, de satisfazer plenamente todas as necessidades que carrega em si. Sua vida será o caminho a ser percorrido para que esta satisfação possa ser alcançada” (n. 10). A pessoa já traz na sua condição humana propriamente dita determinadas necessidades que fazem parte do seu anseio de felicidade como um desejo de busca circunscrito no seu coração. O seu processo de realização pessoal vai depender de condições que favoreçam tal satisfação a ser alcançada. Criar condições para que a pessoa possa atender às suas necessidades básicas e fundamentais não é prestar-lhe nenhum favor, pois tais condições são um direito inerente à pessoa.¹⁴
- “A pessoa só é tal em sua unidade e só pode ser considerada em toda sua integridade, sendo a origem, o foco e o propósito de toda vida econômica, social e política. Por isso, a pessoa, como ser indivisível, não pode ser considerada somente sob um de seus aspectos, ignorando a sua totalidade” (n. 10). Inserida no contexto histórico, a pessoa é um complexo pluridimensional de elementos que a constituem e integram num formato inseparável. A pessoa é uma unidade não uniforme, mas plural nas suas mais variadas e diversificadas dimensões. Nesse aspecto, toda a organicidade socioeconômica e político-cultural deve estar a serviço da dignidade da pessoa.¹⁵

Tal concepção da pessoa colocada no centro de atenção de tudo aquilo que se articula no âmbito da fé cristã pode servir para recordar às nossas comunidades religiosas que a sua própria constituição como tal deve sempre colocar a pessoa como o cerne de tudo. A VRC nasceu para atender às necessidades sobretudo dos mais desvalidos, que sofrem os desmandos daqueles que detêm o poder de decidir o rumo da organização sociopolítico-econômica.

Na trilha da irrenunciável opção preferencial pelos pobres

A opção preferencial pelos pobres é um dos critérios que a CF-2010 utiliza para fazer a leitura das estruturas econômicas vigentes na sociedade brasileira. Não é possível prestar um serviço de promoção à dignidade dos pobres sem que o mesmo esteja referenciado ao serviço a Deus e não ao ídolo do dinheiro e da riqueza. Vale dizer, servir aos pobres implica uma primeira decisão, *a priori*, servir ao Deus da vida. E, por sua vez, deixar-se escravizar pelo ídolo do dinheiro e da riqueza acarreta um desserviço aos empobrecidos. É indubitável que a VRC só pode ser entendida do ponto de vista histórico-teológico e eclesial-pastoral referenciada à radicalidade evangélica e cristológica da opção preferencial pelos pobres, empobrecidos e excluídos da sociedade hodierna. A própria comunhão fraternal, que está no âmago vital das nossas comunidades religiosas, somente ganha um sentido qualitativamente evangélico no seu desdobramento de serviço aos pobres na mediação da caridade libertadora.

Ao falar da vida ameaçada, o imediato endereço dado pela CF-2010 é que dita ameaça recai diretamente sobre a vida dos pobres e, exatamente por isso, o apartado do “ver” vem encabeçado pela significativa frase: “O número dos pobres é incontável”. A seguir, faz-se uma afirmação contundente sobre a pobreza:

A população brasileira que vive em estado classificado tecnicamente como de extrema pobreza continuará a ser indigente. Pessoas nascidas economicamente indigentes correm o risco de

envolver o senso crítico diante dos falsos valores que fundamentam uma sociedade individualista, consumista e competitiva, veiculada principalmente através dos meios de comunicação social” (Texto-base, n. 65).

15. “No âmbito social, servir a Deus e não ao dinheiro exige a promoção de políticas que deem a todos o direito de desenvolver seus talentos e viver dignamente. A pessoa, e não o lucro, tem que ser o fator decisivo no estabelecimento de leis e procedimento de âmbito nacional. É indispensável a participação consciente por uma sociedade justa.” Cf. Texto-base, n. 99.

assim continuar. Tais pessoas não conseguem, de modo geral, quebrar esse círculo vicioso, a não ser que a sociedade se organize de outro modo, colocando acima dos interesses de mercado o ser humano (n. 43).

Assim, a população indigente é refém de estruturas socioeconômicas que, por serem iníquas ou construídas por mercenários – e não mercedários –, servidores do dinheiro e não do Deus da vida, são causadoras das desumanas situações de pobreza. Tal ideologia perversa e agressora da vida dos pobres concorre para a criação de um círculo vicioso por se configurar como sendo estruturas de pecado social que degradam a dignidade da pessoa dos pobres.¹⁶

Muitas das vezes tragados ou engolidos pelas estruturas iníquas de pecado social, “os pobres não são apenas destinatários de nossa compaixão”, mas devem ser partícipes de uma sociedade alternativa e diferente. Nesse sentido,

é verdade que é preciso promover, com urgência e eficiência, os direitos dos pobres e organizar a sociedade de modo a lhes facilitar o ingresso na cidadania plena. Entretanto, é importante também valorizá-los, mesmo em sua pobreza, como pessoas capazes de dar-nos lições de vida, gerando ao invés do preconceito o respeito. A vida sofrida de tantas famílias que lutam [...] é fonte de edificantes exemplos para a vida vazia de muitos que ostentam sinais de prosperidade (n. 46).

Observando o cenário da sociedade brasileira, não são poucos os exemplos nos quais grande número de famílias no limite de sua pobreza não perdem a esperança e por isso continuam sendo sujeitos de uma ordem social mais justa, solidária, fraterna. São sinais que evidenciam a beleza e grandeza de uma consciência criteriosamente social a serviço da valorização da vida desrespeitada. Mas, ainda que no momento histórico atual se note uma sensibilidade socioeconômica em relação às condições infra-humanas de vida de grande parte da população brasileira, mergulhada num

16. “Resultados contraditórios de nossa história constantemente demonstram que as políticas econômicas visaram proteger o patrimônio e os investimentos dos ricos do que cuidar da vida dos pobres. Nossa história colonial foi construída com o uso de escravos, considerados mercadoria, e fonte de renda. Assim, povos de outras etnias e culturas faziam a riqueza do europeu colonizador. Esse não tomou em nenhuma consideração a condição humana dessas etnias, sua dignidade, sua cultura e suas necessidades.” Cf. Texto-base, n. 49.

oceano desumano de pobreza, a indignação continua inviabilizando a vida de muitas populações.¹⁷

Conclusão

A Campanha da Fraternidade é um projeto eclesial proposto de forma renovada a cada ano pela Igreja no Brasil. Também a VRC é um projeto eclesial que quer responder aos apelos da Igreja e do mundo atual. Ao longo desta nossa reflexão, nosso intento foi, notadamente, apresentar o projeto da CF-2010 referenciado à VRC com o intuito de verificar como as nossas comunidades religiosas são tempo-lugar apropriado para um compromisso diante do dito projeto fraternal. De um lado, o projeto da Campanha da Fraternidade pode provocar nas nossas comunidades religiosas um despertar para uma maior autenticidade em vista do seu compromisso evangélico. Como, também, o perfil vocacional-missionário das diversas comunidades religiosas na mediação da sua variedade carismático-espiritual pode ensejar e favorecer uma assimilação na ação pastoral daquilo que está sendo orientado como compromisso pela CF-2010. Oxalá tal intercâmbio possa acontecer e ser expressão no cotidiano vital das nossas comunidades e na sua ação pastoral-missionária do serviço evangélico voltado para os pobres-empobrecidos-excluídos.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Qual a contribuição teológico-pastoral das Campanhas da Fraternidade para a Igreja no Brasil?
2. Quais são os principais elementos de conteúdo e de método propostos pela CF-2010?
3. É possível estabelecer uma relação entre a proposta da CF-2010 e a VRC?
4. Como as comunidades religiosas podem ser tempo-lugar de compromisso com o que propõe a CF-2010?

17. “No Ceará, quase um milhão de pessoas estão mergulhadas em extrema indignação. Entre nascimentos de risco e óbitos prováveis, são 991.120 pessoas que tentam seguir vivendo com 1/8 de salário mínimo por mês. Representam 11,86% da população do Estado, que agora ocupa o 3º lugar no ranking da indignação no país. Só perde para a Bahia, triste campeã com 1,274 milhão, e para o Maranhão, com 1,078 milhão de habitantes em situação de extrema indignação.” Cf. Texto-base, n. 51.

JOÃO BATISTA LIBANIO*

Introdução

O ensinamento pontifício assume, na encíclica, certa solenidade magisterial. O Papa aborda tema que diz respeito à vida de toda a Igreja Católica e oferece-lhe balizas para a compreensão da realidade presente e para consequente atuação. Não raro, ele toma algum evento como ocasião para tais intervenções doutrinárias. No caso, Bento XVI refere-se à encíclica de Paulo VI *Populorum Progressio* (1967), que nos anos pós-conciliares provocou grande impacto pela coragem de despertar os povos ricos para a responsabilidade social a respeito dos pobres. “Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência.”¹

Mais de quarenta anos depois, Bento XVI retoma as teses principais dessa encíclica, endossa-as e interpreta-as para o novo contexto de globalização que apenas afluía naqueles idos. A intuição central, que atravessa toda a encíclica, a modo de estribilho, figura no título: *caridade na verdade*. Que significa tal afirmação?

À primeira vista parece chocante, já que inverte o comportamento de Jesus. O termo verdade figura como critério de compreensão da caridade. Só há caridade onde há verdade. Jesus, nas discussões com os fariseus, orgulhosos e convencidos de possuírem a verdade, interpelava-os a partir da caridade. Dizia-lhes praticamente que sem caridade a verdade se perde no formalismo, no vazio, na arrogância.

A consciência profunda que Jesus tinha de Deus, seu Pai, como amor, levava-o a perceber onde existia o amor ou

não. E toda pretensão de verdade, que se fizesse à margem do amor, não lhe valia nada, mesmo que objetivamente se tratasse de algo realmente verdadeiro. Jerrar, orar, seguir as tradições, como os fariseus ostensivamente mostravam em suas vidas, constava na lei de Moisés dada por Deus. Verdades sacrossantas. Entretanto, Jesus percebia que por trás daquela fidelidade externa e objetiva se escondia uma subjetividade sem amor, sem pureza, sem transparência. Daí as suas críticas.

Bento XVI colocou-se em outra perspectiva. Constata que, na cultura contemporânea, com facilidade se fala de amor, se invocam autenticidade e coerência no agir, se apela para ritos religiosos, se vincula a ideologias com a pretensão de fazer o bem. A simples subjetividade serve de garantia última da caridade. Teme que tal postura leve a uma ação para satisfazer, no fundo, os interesses pessoais, sem perguntar-se por nenhum parâmetro objetivo da verdade. Por isso ele insistir que a caridade carece do critério da verdade para julgar-se a si mesma.

A questão desloca-se, então, para o campo da interpretação de que verdade se trata. Certamente, não a farisaica, que Jesus condenava. Nem a da Academia moderna, que estabelece saberes com tal segurança que não tolera questionamento. Bento XVI diz claramente que a verdade em questão se identifica com o projeto salvador de Deus para a humanidade. Vê na pessoa de Jesus a testemunha fiel da *caridade na verdade*. O amor se define como força propulsora da justiça e paz. Portanto, não se trata de qualquer tipo de amor. Ele se mostra autêntico ao vestir-se de verdade. Defender a verdade constitui-se forma de amor.

Na encíclica, a verdade se expressa sob a forma da Doutrina Social da Igreja (DSI). A sua alma, porém, se identifica com a caridade. Pois dela se nutrem as responsabilidades e compromissos propostos na DSI e, em particular, na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, tema dessa encíclica. Numa palavra, a *caridade na verdade* constitui-se o princípio em torno do qual gira a DSI. De fato, tal doutrina trata

* Padre João Batista Libanio é jesuíta, professor de Teologia na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte-MG e vigário paroquial em Vespasiano-MG. Autor de livros e artigos. **E-mail:** jblibanio@faculdade-jesuista.edu.br.

1. PAULO VI. *Populorum Progressio*, n. 3. AAS 59 (1967) 265.

substancialmente das relações pessoais na sociedade, cujo espírito vem da caridade.

A *caridade na verdade* da DSI articula fé e razão. A caridade penetra fundo a verdade e descobre nela o jogo da fé e da razão. Não se identificam, mas também não se opõem. Estabelecem mútua relação enriquecedora, de modo que uma sem a outra se empobrece. Caridade sem verdade assemelha-se a fé sem razão. Corre-se o perigo do emocionalismo, do fanatismo, do subjetivismo. A verdade sem a caridade iguala-se à razão sem a fé. Perde-se no cientificismo arrogante, no academicismo prepotente.

A verdade social estabelece a justiça das relações das pessoas na sociedade. A lei fundamental se expressa na fórmula latina *unicuique suum*. Dar a cada pessoa, grupo social, instituição, organização o que lhe é devido. A caridade exige, num primeiro momento, a verdade da justiça. Contudo, supera-a. Amar vai além de dar a alguém o que se lhe deve. Implica o dom de si, cuja expressão maior acontece no perdão. A justiça é intrínseca à caridade, mas não a exaure. A caridade, por sua vez, ultrapassa a justiça, fazendo mais do que se deve por amor. A justiça regula a sociedade. O amor cuida dela.

Bento XVI compara a *Populorum Progressio*, da década de 1960, à encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que, no final do século XIX, começou nova etapa da DSI. Deu-lhe a forma moderna em continuidade e ruptura original com os ensinamentos da Escritura, da Tradição patrística e dos teólogos medievais.

Com a *Caritas in Veritate* o Papa reatualiza essa Tradição para dentro da sociedade contemporânea, marcada pela globalização. Considera tal fenômeno como fundamental para entender os tempos atuais. Vê-o em continuidade com o que constitui traço fundamental da cultura ocidental desde suas origens. A história carrega necessariamente o passado. Nada nela acontece como novidade total, como também nada continua imutável. Isso vale da globalização.

Na base do mundo em crescente globalização está a natural interdependência dos seres humanos entre si e dos povos.

Fato de sempre. Depende da natureza social do ser humano. Além disso, somem-se as culturas grega – com a razão universal –, a judaica – com a Palavra de Deus para todos os povos de todos os tempos –, e a romana – com o direito de pretensão universal. O Ocidente nasce de três forças globalizantes: razão, palavra e direito.

A globalização moderna inseriu-se nessa tríplice correnteza e aumentou-lhe a força. Transformou-a em verdadeiro rio Amazonas por obra e graça do sistema capitalista e do avanço da tecnologia da comunicação. Dois fatores decisivos para configurar a nova expressão da globalização. Nesse contexto passeia a encíclica de Bento XVI. E o papel da Igreja, para o Papa, consiste em mostrar que nesse fenômeno, com tudo o que comporta, existe *caridade na verdade*. Só ela salva o ser humano como pessoa e a humanidade como coletivo. O problema mais grave do momento resume-se na partilha dos bens e recursos produzidos pelo sistema. Na lógica do sistema capitalista, animado pela tecnologia de ponta, caminha-se na linha oposta. Aumenta-se a concentração dos bens materiais e simbólicos nas mãos de mingua-das camadas sociais e nos países desenvolvidos, deixando cair de sua mesa migalhas para as nações pobres. A *caridade na verdade* inverte o programa ao garantir o desenvolvimento integral do “homem todo” e “de todos os homens”, na expressão de Paulo VI na *Populorum Progressio*.

Mensagem da encíclica *Populorum Progressio*

Bento XVI retoma as intuições centrais de Paulo VI, que, terminado o Concílio Vaticano II, lhe deu prosseguimento. A constituição pastoral *Gaudium et Spes* traçou verdadeiro programa social a partir da convicção de que a Igreja existe para servir o mundo em termos de amor e verdade. Para tanto, ela se empenha na promoção do desenvolvimento integral do ser humano.

A originalidade e a especificidade da Igreja, diferentemente das ideologias do desenvolvimento, das propostas

políticas e econômicas marxistas então em alta, afirmam o Concílio e Paulo VI e, na continuidade, Bento XVI radicam na visão transcendente do ser humano. Não bastam os aspectos econômicos, políticos e sociais que consideram a humanidade na sua construção da sociedade em vista de bens materiais e simbólicos unicamente temporais. A humanidade conseguirá a felicidade unicamente se responder à sua vocação primordial. E nesse momento entra a Igreja com proposta haurida na revelação de Deus. O ser humano recebe de Deus a missão de crescer, multiplicar-se, transformar o mundo. Embora perceba tal apelo como a surgir de seu interior, como criação sua, na verdade ele procede de Deus. Não nos damos o sentido último de nossa existência. Ele nos transcende. Brota do chamado divino. A Igreja defende um humanismo aberto ao Absoluto. O apelo de Deus se depara com a vontade humana à espera de resposta livre, responsável.

Essa centralidade no projeto de Deus e na liberdade humana afasta a concepção falsa do subdesenvolvimento como fatalidade histórica, como determinismo da natureza. Não! Procede da liberdade e da responsabilidade humanas. As suas principais causas não pertencem à ordem material, mas à vontade política, às estruturas e instituições econômicas, forjadas pelos interesses de grupos humanos. Liquidada-se definitivamente a visão tradicional conservadora, que, em última análise, atribuía a Deus e a suas leis, fatalisticamente, a pobreza histórica dos povos. E como consequência dessa inversão de trazer para a responsabilidade humana o que se imputava ao destino ou a Deus, impõe-se-nos a urgência de reformas sociais em nome da *caridade na verdade*. Tais mudanças se orientam para o desenvolvimento humano.

Desenvolvimento humano no nosso tempo

Mais uma vez, Bento XVI retoma as ideias mestras da *Populorum Progressio*. Assume-lhe a visão articulada e integral do desenvolvimento. A meta visa a vencer a miséria e as suas sequelas da fome, das doenças, do analfabetismo e de outras

mais. No nível econômico, almeja-se uma participação ativa em condições de igualdade. As regras internacionais do mercado favorecem unilateralmente os países industrializados, os detentores de capital em detrimento daqueles que exportam matéria-prima, *commodities*. Ironizando e exagerando, sai dos países pobres um trem de minério para os países desenvolvidos e volta deles um parafuso em troca. Nunca vão desenvolver-se, porque cada vez mais a balança de pagamento pesa em seu desfavor.

Só há futuro para o desenvolvimento humano na evolução para sociedades instruídas e solidárias e na consolidação de regimes democráticos que assegurem liberdade, justiça social e paz. Sem essas três realidades, todo crescimento econômico não garante nenhum bem para as pessoas.

Em face desse horizonte utópico, analisa Bento XVI a situação atual, dominada pelo capitalismo neoliberal. Com a queda do socialismo ele reina solitário. No centro do desenvolvimento está o lucro. A atividade financeira especulativa impera. Valoriza-se a tecnologia em função da produção e do acúmulo de capital. O próprio ser humano se submete a ela. Os fatores econômicos e políticos se articulam de tal modo que a desproporção entre riqueza e pobreza cresce. Na sociedade pós-industrial, a batalha decisiva do crescimento econômico se trava em torno da produção e gestão do conhecimento. Os países ricos detêm a hegemonia nesse campo. Pela via judicial das patentes, reduzem os outros países ao papel de meros usuários pagantes. Destarte, impedem-lhes desenvolver-se autonomamente, mantendo-os a reboque.

Pela via do capitalismo neoliberal não há salvação. Apela o Papa para os poderes públicos e para ação organizada da sociedade a fim de ordenarem o descontrole da globalização econômica. Toda a jogada do sistema econômico atual vai na direção de enfraquecer conquistas já alcançadas no campo da segurança e da previdência social, com concomitante enfraquecimento das organizações sindicais. O mercado tira proveito das brechas das leis e força-as em vista de maior lucro em detrimento dos interesses reais dos trabalhadores.

Assistimos a migrações de massas humanas em busca de trabalho. E em condições precárias elas aceitam imposições do capital à custa de triste insegurança. Numa palavra, o ser humano, por natureza transcendente, superior ao capital, termina submetido a ele. A *caridade na verdade* denuncia essa terrível inversão. O capital não pratica nenhuma caridade, porque ele age contra a verdade do ser humano.

A globalização, que sustenta esse regime econômico neo-liberal, age ambigualmente no campo cultural. Permite interação das culturas. Abre possibilidades maravilhosas de enriquecimento mútuo pela via do diálogo. No entanto, tem produzido antes a homogeneização cultural por causa do domínio das vias de comunicação e informação por parte dos países centrais. Estes terminam impondo a própria cultura às outras regiões, nivelando-lhes e relativizando-lhes valores autóctones.

Aspirações fundamentais dos povos da fome se frustram. Vivem a extrema insegurança de vida no limiar da miséria. Fatores de natureza institucional impedem as reformas necessárias para vencer a fome, tais como a reforma agrária, técnicas agrícolas apropriadas, a reivindicação do direito universal de acesso à água e ao alimento, um lugar de trabalho, o respeito pela vida.

Nesse contexto, Bento XVI retoma o ponto central de sua reflexão da *caridade na verdade*. Em oposição ao duplo exagero em relação à religião, do fundamentalismo, do terrorismo religioso, de um lado, e da indiferença religiosa e do ateísmo do outro, afirma peremptoriamente: Deus é o garante do verdadeiro desenvolvimento do ser humano. A Igreja, com a Doutrina Social, pretende articular diferentes saberes (verdade) com a caridade. A ação social implica doutrina, conhecimento, teoria. E essa se busca nas diferentes ciências. Os saberes tornam-se necessários e a caridade dá-lhes o sabor do sal. “A ação é cega sem o saber, e este é estéril sem o amor”, afirma o Papa. Propugna um amor rico de inteligência e uma inteligência cheia de amor.

A DSI pede nova e profunda reflexão sobre o sentido da economia e seus fins. Isso implica a revisão do modelo de

desenvolvimento que cuide do estado de saúde ecológica da terra. O progresso permanece problema em aberto. Restam zonas em situação de miséria, novas formas de colonialismo e dependência. A novidade principal vem da explosão da interdependência mundial pela via da globalização. Sem a guia da *caridade na verdade*, corremos riscos nesse processo.

As balizas do desenvolvimento humano integral

Fraternidade

Uma vez entendida a missão geral da Doutrina Social de ser *caridade na verdade*, e descrita com largos traços a atual concepção de desenvolvimento, Bento XVI traça alguns princípios para pensá-lo e atuá-lo.

Um olhar teológico vê na origem do ser humano uma contradição fundamental que lhe perseguirá a vida pessoal e a história. Nasce do dom de Deus. Criado à imagem do Deus trinitário. Vale recordar a bela afirmação de L. Boff: “No princípio está a comunhão dos Três e não a solidão do Um”. Deus o criou à sua imagem e semelhança. Portanto, o fez comunitário, fraterno. Em primeiro, antes de tudo, estão a fraternidade, a comunhão, o dom, o ser um para o outro, como na Trindade.

Ao fazer história, o ser humano não respondeu com fidelidade ao chamado primigênio. Deixou-se perturbar por visão produtiva e utilitária a despeito do dom, da gratuidade. Prefere a curiosidade à verdade, escolhe a aparência da beleza ao saber verdadeiro, vê no irmão o concorrente e inveja-lhe a graça em vez de adorarem juntos o mesmo Deus, não suporta a bondade do outro e deseja-lhe a morte. Assim, vive na contradição até o dia de hoje.

Carece voltar, a cada momento, à primeira verdade de si mesmo, que consiste na *caridade na verdade*. Não se define pelo mal e sim pelo bem. No entanto, ao construir sistemas econômicos, esqueceu-se da sua fonte divina originária e ateve-se ao desejo egoísta. Percebe-se, ao mesmo tem-

po, santo e pecador na singularidade, em comunidade, em Igreja e em sociedade. Tudo o que faz salpica de graça e de pecado.

O mundo do pecado mostra-lhe o lado sombrio. A esperança anima-lhe o amor para vislumbrar futuro e saída para as piores situações. As análises da realidade refletem a dualidade radical do ser humano e de tudo o que ele cria. Talvez valha ouvir o conselho de um analista social. Analisemos o real com o máximo de rigor crítico, vasculhemos-lhe as entranhas de maldade, tragamo-las à luz para enfrentá-las com coragem. Ao olhar para o futuro, construamos utopias positivas, audazes, cheias de sonhos bonitos. O presente pode ser escuro, mas que o porvir se vista de luzes.

No parágrafo anterior, vimos as trevas do atual sistema. Agora invertamos os sinais. Só espancemos a escuridão do sistema capitalista neoliberal se nos firmarmos no princípio da gratuidade como expressão de fraternidade.

Aí está o mercado. Vimo-lo na análise sob a luz de sua maldade. Nele se encontram operadores econômicos que se entendem como adversários em luta hobbesiana devoradora. Introduzamos nele a justiça comutativa, distributiva e social. Inventemos formas internas de solidariedade e confiança, submetamo-lo à finalidade do bem comum. Insiramos no mundo contratual o princípio da gratuidade e a lógica do dom, como expressão da fraternidade. Assim, todas as fases da atividade econômica sofrerão o impacto desse novo princípio. As decisões econômicas cairão sob o império da ética.

O mercado, por si mesmo, nunca assumirá o espírito do dom como sua alma. Parece negá-lo e contradizê-lo no mais profundo de suas aspirações. Toca a todos nós, de modo especial ao(à) religioso(a), cultivar tal espírito e impregnar dele tudo o que fazemos. Lembremo-nos de que o mercado não existe sem nós. Não paira nas nuvens. Ele vive da produção, venda, compra, lucro e acumulação. Estamos dentro dessa engrenagem. Se o espírito do dom nos afetar em profundidade, não embarcaremos facilmente em seus engodos. Obrigamo-lo a mudar nas pequenas ações. Não

atingiremos os gigantescos fluxos econômicos, mas pararemos o vendedor explorador da esquina. Às vezes, as ações vão mais longe.

Recordo um fato de alguns anos atrás. O governo francês fazia explosões nucleares no belíssimo atol de Muroroa, na Polinésia Francesa, com grave risco ecológico. Coincidiu no tempo com a produção do vinho *Beaujolais Neuf*, que se fabrica em grande quantidade na França. E se ele não for consumido num curto período, perde-se. Fez-se enorme mobilização de massa para boicotar sua compra, caso o governo francês não suspendesse os experimentos atômicos. Não deu outra. O regime francês cedeu diante dessa e de outras pressões. A ecologia triunfou sobre a pretensão armamentista francesa.

Ao lado do mercado estão outras duas forças importantes: o Estado e a sociedade civil. Essa trilogia carece do espírito do dom que se manifesta na gratuidade, fraternidade, solidariedade, responsabilidade. O Estado se toca pelo espírito do dom quando assume o papel distributivo peculiar. No entanto, a imprensa burguesa, hostil a qualquer intervenção estatal a não ser em benefício próprio, castiga toda ação do Estado em benefício das classes populares, pela qual ele distribui para os pobres o que arrecada de outros. O sistema distributivo no sistema capitalista atual no Brasil beneficia muito mais os bancos que os pobres. Estamos longe da mais tênue tonalidade socializante. Antes se nos impõe a tarefa de bater nessa tecla da solidariedade e fraternidade. A hora atual não pede a morte do Estado, que o neoliberalismo furibundo almeja. Pelo contrário, cresce na crise atual a sua importância. Infelizmente, tem ajudado mais os bancos a ponto de falir do que as classes populares, vítimas de um crime que não cometeram.

No âmbito da sociedade civil, abrem-se muitas perspectivas para implantar a lógica da gratuidade. Existem ONGs altamente imbuídas do espírito do dom. Testam-se novas formas de atividade econômica de quotas de gratuidade e de comunhão. Não faltam iniciativas para mudar a concepção de empresa, no sentido de ela ir além do interesse dos

proprietários e sócios, ao assumir responsabilidades sociais. Significa compreender que investir tem significado moral, refugando a doença pandêmica da especulação financeira. O espírito empresarial não se isenta da ética. Visa à dignidade de quem trabalha e às necessidades da sociedade.

Mais uma vez, Bento XVI recorre ao estribilho da *caridade na verdade*, ao retomar, sob outro ângulo, o fenômeno da globalização. Não cabe uma concepção fatalista dela, como se a movessem forças anônimas, estruturas independentes da vontade humana. Ela se comportará conforme quisermos. Toca-nos assumir atitude de protagonista e não de escravo, guiados pela *caridade na verdade*, ao corrigir-lhe as disfunções. Ela não se reduz ao aspecto socioeconômico. Aspira a interligar a humanidade, ao suprimir as fronteiras e ao promover integração mundial. Compete-nos dar-lhe orientação personalista, comunitária, aberta à Transcendência. Em poucas palavras, cumpre-nos por seu meio ampliar o relacionamento, a comunhão e a partilha entre as pessoas, grupos e nações.

Desenvolvimento dos povos: direitos e deveres, ambiente

Um segundo pilar do desenvolvimento humano na perspectiva da *caridade na verdade* se constrói sobre a reivindicação dos direitos com a concomitante consciência dos deveres. A pura reivindicação dos próprios direitos sem deveres leva-nos ao arbítrio, à loucura.

Esse jogo de tensão de direitos e deveres se estende ao delicado campo da sexualidade. Estão em questão o crescimento demográfico com a política de controle de natalidade, a concepção hedonista e lúdica da sexualidade, a manipulação genética da vida, os experimentos da biotecnologia unidos a interesses de poderosas empresas. Bento XVI relembra a clássica doutrina da Igreja, insistindo na competência primária da família no campo da natalidade, a abertura responsável à vida, a concepção humana da sexualidade, a educação sexual. No fundo, está o projeto criador

de Deus (Gn 1,27) e o valor transcendente das normas morais naturais.

Bento XVI aborda com certa amplitude a questão ecológica. No princípio está a natureza criada e dada a todos por Deus. O princípio ético do destino universal dos bens preside, de longa tradição, o pensamento social da Igreja, desde os Santos Padres, com fundamento na Escritura, até os teólogos de hoje. A propriedade particular vem depois, em dependência e em função dele. O planeta Terra, o ar, a água e os produtos necessários para a vida pertencem a todos. Ninguém tem direito de apossar-se deles em detrimento da vida da humanidade como todo.

Segue-se, como consequência imediata, o uso responsável dos bens em face dos pobres, das gerações futuras, da humanidade inteira. A natureza não surgiu por nenhum acaso ou necessidade evolutiva – essa concepção gera irresponsabilidade. Pelo contrário, ela responde a um desígnio de amor e de verdade do Deus criador. Dois extremos desconhecem a verdade da natureza. De um lado, uma leitura tecnicista seguida de um poder despótico consideram-na pura matéria a serviço da manipulação por parte do ser humano que a avilta, a destrói, a priva de sua finalidade universal. De outro lado, na Antiguidade, consideravam-na, com frequência, por causa da impossibilidade de dominar-lhe as forças, um tabu sagrado. Povoavam-na de deuses e poderes sobrenaturais. A secularização, iniciada pela própria revelação bíblica, desfez tal leitura religiosa primitiva.

Sob outro ângulo, porém, desponta hoje uma visão semelhante, neopagã, panteísta a ponto de sobrepô-la ao próprio ser humano. De novo, atribui-lhe tal sacralidade que se torna intangível e objeto de novos cultos.

Em resposta aos dois extremos, Bento XVI relembra a verdade da natureza e do ser humano, como matéria e espírito dotados de significado e fins transcendentais. Deus confiou ao ser humano interpretar e modelar o ambiente natural pela cultura, não de maneira arbitrária, mas com responsabilidade ética em harmonia e respeito com a criação. Impõe-se uma justiça entre as gerações. Nenhuma tem

direito de dilapidar a natureza, deixando restolhos para as seguintes.

O problema energético sobressai entre muitos. Até o momento reina criminosa irresponsabilidade. Grupos poderosos exploram recursos não renováveis até a exaustão à custa de guerras, de segregação dos países pobres. Bento XVI acena para dois caminhos. Volta à ideia de se estabelecer um controle mundial sobre eles. Para tanto, carecemos de um poder efetivo a que todas as nações se submetam, sem direito a vetos e descumprimento.

O outro caminho se constrói pela solidariedade entre países ricos e pobres. Revela-se auspicioso, embora difícil. Implica, da parte dos ricos, drástica redução do consumo enérgico, com repercussão no atual modelo de desenvolvimento. Necessita-se descobrir novas fontes de energia, melhorar a eficiência no uso, equacionar com justiça a redistribuição mundial dos recursos energéticos.

Onde se fala de dever, obrigação, emerge a pergunta: quem assume a responsabilidade? Naturalmente, tais exigências valem de todos nós. No entanto, o nível de alcance varia. Toca aos governos e à comunidade internacional velar e zelar para que se evite utilização danosa do ambiente, para que se meça o real custo econômico e social do uso dos recursos ambientais comuns.

O Papa aprofunda a reflexão. Não se contenta em deter-se na objetividade da relação entre o ser humano e o ambiente. Vê nela um reflexo da maneira como ele se entende e trata a si mesmo. Mergulha na antropologia subjacente. Na origem dos desmandos ecológicos jaz a compreensão do ser humano como ser do prazer e do consumo em vez de feito para a verdade, a beleza, o bem e a comunhão. Sem conversão no estilo de vida hedonista, consumista e egoísta, a problemática ecológica não avança.

A Igreja sente o peso da responsabilidade pelo projeto criador de Deus na linha de proteger o ser humano da destruição de si mesmo, de defender a terra, a água e o ar. Há relação entre degradação da natureza e convivência huma-

na, entre ecologia humana e ecologia ambiental. Mais uma vez: a caridade se articula com a verdade da ecologia, fundada na ética, no direito à vida, em Deus.

O ser humano: ser relacional em todos âmbitos

A fé cristã entende o ser humano fundamentalmente como ser-em-relação. Ele sofre terrivelmente a solidão. Nasceu para amar e ser amado. Aliena-se quando vive sozinho. O que acontece em nível pessoal no campo da relação intersubjetiva hoje se estende a toda a humanidade por força da globalização, das possibilidades de ampliar as relações e encontros. Vivemos sob o signo da solidariedade ou da marginalização. No fundo, deparamos com a realidade fundamental da relação. Merece aprofundamento crítico e axiológico.

As ciências sociais, a filosofia e a teologia debruçam-se para entender a natureza relacional do ser humano. Ele só se realiza relacionando-se. Tal reflexão vale em nível de pessoas e de povos. A revelação traz luzes para tal questão, tanto pelo lado da antropologia quanto pelo da Trindade. A antropologia cristã mantém o equilíbrio entre a autonomia do ser humano e sua condição comunitária em nível de família e de humanidade. A relação constitui o nosso ser mesmo.

A Trindade realiza, em infinita perfeição, a unidade de natureza na pluralidade de pessoas. Pela criação, associa-nos a ela. A Igreja se entende como sinal e instrumento de tal unidade e comunhão. No fundo, as relações entre os seres humanos e o amor dos esposos se referem a esse modelo trinitário, em que se jogam abertura e compenetração.

A cultura e a religião desempenham papel ambíguo na vida de relação dos seres humanos. Por vocação principal, elas ensinam fraternidade e paz, promovendo o desenvolvimento integral humano. No entanto, não faltam comportamentos religiosos e culturais que o refreiam e impedem. Assistimos ao eclodir de seitas fechadas, à busca de bem-estar individual, à satisfação psíquica narcisista. Impõem-se no campo religioso lucidez e discernimento para separar o

trigo do joio. Nem todas as religiões se igualam e nem tudo na religião vale. Não resolve o problema propugnar o indiferentismo religioso. Mais uma vez, Bento XVI recorre ao critério da *caridade na verdade* que consiste no bem do “homem todo” e de “todos os homens” pela via da emancipação e da inclusão no mundo das relações pessoais e comunitárias. O Cristianismo revela-nos um Deus de rosto humano.

A DSI reivindica o estatuto de cidadania da religião cristã. Pois negar o direito de professar publicamente a religião e de fazer que suas verdades moldem a vida pública traz consequências negativas para o desenvolvimento. Tanto a exclusão da religião quanto o fundamentalismo impedem o encontro das pessoas, a colaboração para o progresso da humanidade. Empobrecem a vida pública de motivações. A política assume rosto oprimente e agressivo. Os direitos humanos arriscam não ser respeitados, porque se lhes tira Deus, o fundamento transcendente.

A técnica

A técnica assume cada vez mais importância na sociedade atual. Desempenha papel altamente ambíguo em relação ao desenvolvimento humano. Tem face positiva ao revelar o domínio do espírito sobre a matéria, libertando o ser humano da prisão das coisas, dando consistência à sua autonomia. Reflete obra do gênio e trabalho humano. Realiza o mandato do início da criação (Gn 2,15). Como instrumento da liberdade humana, nasce da sua criatividade. Abre novos horizontes. Rompe com limites até então intransponíveis.

Ela tem posto nas mãos do ser humano tal poder que lhe cria a ilusão de onipotência, de absoluta autossuficiência, de uma liberdade sem limites, de ser ele capaz de produzir a si mesmo e qualquer tipo de desenvolvimento. Desperta-lhe a pretensão prometeica ao valer-se de seus prodígios. Restringe unicamente à pergunta pelo como agir, pelos meios, desconhecendo o porquê, o fim das coisas. A globalização atual alimenta-se antes da técnica que de princípios, va-

lores. Determina as decisões sem perguntar pelo sentido. O critério da verdade se reduz ao factível, ao útil e eficaz. Conduz a dimensão humana do desenvolvimento ao fracasso quando o reduz a mero progresso material. Desaparecem do horizonte toda ética e responsabilidade moral.

A tecnologia afeta a biologia e a comunicação social de maneira altamente preocupante. A biotecnologia tem levantado gravíssimas questões éticas, sobretudo quando desconhece o sentido transcendente da vida e o reduz ao nível de mero meio e objeto de pesquisa. Poderosos interesses econômicos e ideológicos têm perturbado a limpidez moral das pesquisas biológicas.

No campo da comunicação social e da informação eletrônica, os avanços tecnológicos estão produzindo espantosas mudanças culturais. Apenas nos damos conta do que acontece sobretudo em relação às crianças e aos jovens, que se sentem fascinados por tais inventos, além de mostrarem excelente capacidade de manejá-los.

Conclusão

Depois desse passeio pela encíclica de Bento XVI, surge a pergunta: Que tem a ver com a Vida Religiosa toda essa problemática do desenvolvimento humano? Parece superar de longe as pequenas possibilidades dos religiosos. No entanto, como insiste o Papa, a raiz última do problema nos afeta a todos. A crise maior do desenvolvimento não lhe vem dos aspectos técnicos, da complexidade teórica, mas da impostação fundamental. “Sem Deus o homem não sabe para onde ir e não consegue sequer compreender quem é.” A Vida Religiosa, pela proximidade com Deus, testemunha e anuncia a sua imprescindibilidade para qualquer projeto humano. Só se ele inclui os valores transcendentais, mesmo que não se nomeie a Deus, tem condições de sustentar verdadeiro desenvolvimento humano. Bento XVI afirma taxativamente: “O humanismo que exclui Deus é um humanismo desumano”. O humanismo cristão aberto ao Absoluto possui dinamismo para promover a justiça, a paz e

a solidariedade, base de uma sociedade sadia. Arranca-nos do pequeno mundo do próprio bem para abrir-nos ao bem comum.

O(a) religioso(a) tem condição de entender e viver a lógica da verdade e da caridade na dupla versão. No seguimento de Jesus, ele(ela) julga as realidades, as teorias, as ciências, as doutrinas, as pretensões de verdade a partir do que elas manifestam e realizam de amor. E na perspectiva de Bento XVI, ele(ela) desconfia do uso fácil e ambíguo do amor, confrontando-o com a verdade da fé. Só o amor é digno de fé, escrevia o teólogo H. von Balthasar. Mas só o amor discernido à luz da fé merece tal nome. Portanto, *caritas in veritate* – a caridade na verdade – e *veritas caritatis* – a verdade da caridade.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como entendo a relação entre a caridade e a verdade?
2. Que papel tem a Doutrina Social da Igreja para configurar a nossa Vida Religiosa pessoal e comunitária?
3. Com o olhar voltado para a pastoral, a que ações me levam os ensinamentos da encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI?

Hermenêutica da continuidade com descontinuidade: leitura dialética do Concílio Vaticano II

PAULO SUESS*

O árduo caminho que o decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, levou até a sua votação final faz compreensível que também no tempo pós-conciliar haveria opiniões divergentes na sua interpretação. A questão da “reta interpretação” dos textos conciliares fomenta ainda hoje, mais de quarenta anos depois do Concílio Vaticano II, calorosos debates cujos eixos centrais são a “hermenêutica da descontinuidade” ou “ruptura” e a “hermenêutica da continuidade” ou “reforma”.

Logo no início de seu pontificado, o Papa Bento XVI, em seu *Discurso aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal*, no dia 22 de dezembro de 2005, interveio nesse debate. Pronunciou-se a favor da continuidade dos princípios e de uma possível descontinuidade de certas práticas históricas desses princípios (Bento XVI, p. 4-8).¹ Nesse pronunciamento, o Papa tece o fio da continuidade desde o discurso de abertura do Concílio, apresentado por João XXIII, em 11 de outubro de 1962, até o discurso de encerramento, de Paulo VI, feito em 7 de dezembro de 1965, e afirma categoricamente: “À hermenêutica da descontinuidade opõe-se a hermenêutica da reforma, como antes as apresentou o Papa João XXIII e, posteriormente, o Papa Paulo VI no discurso de encerramento a 7 de dezembro de 1965” (Bento XVI, p. 5). Depois, Bento XVI cita o referido discurso de encerramento de Paulo VI:

É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e apresentada de modo

* **Padre Paulo Suess** é alemão, doutor em Teologia Fundamental pela Universidade de Münster (Alemanha). Desde 1979 é assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 1987, fundou o Departamento de Pós-Graduação em Missiologia em São Paulo. Atualmente, é professor na pós-graduação em Missiologia do Instituto São Paulo de Estudos Superiores (Itesp) e membro da Equipe Executiva do Conselho Missionário Nacional. Entre suas publicações mais recentes estão: *Travessia com esperança, Introdução à teologia da missão e Dicionário de Aparicida*. **Endereço do autor:** Caixa Postal 46023, São Paulo-SP, CEP 04046-970. **E-mail:** suess@uol.com.br.

que corresponda às exigências do nosso tempo. De fato, uma coisa é o depósito da fé, isto é, as verdades contidas na nossa veneranda doutrina, e outra coisa é o modo com o qual elas são enunciadas, conservando nelas, porém, o mesmo sentido e o mesmo resultado.

Convenientemente, a tese da continuidade hoje não é contestada, já que ela permite múltiplas interpretações e que a Igreja, como corpo coletivo, neste momento histórico, ainda não é capaz de admitir rupturas históricas *ad intra*. Contestações doutrinárias surgiram no grupo dos seguidores do Arcebispo Marcel Lefebvre, que insistiu que alguns preceitos do Concílio Vaticano II romperam com a Tradição e por isso aceitaram o Concílio apenas seletivamente. Para esvaziar as afirmações desse grupo, o atual Papa “flexibilizou” algumas normas e práticas pós-conciliares. Aí surgiram contestações, sobretudo em torno de decisões práticas com valor simbólico, como a reintrodução da “Missa Tridentina” como rito extraordinário e a readmissão na comunidade eclesial da “Fraternidade Sacerdotal São Pio X”, sem revogação de suas posturas doutrinárias e práticas, muitas delas incompatíveis com os documentos conciliares.

A postura teológica de Bento XVI e do próprio Concílio (cf. *Gaudium et Spes*, n. 62) pode ser resumida da seguinte maneira: não é possível aceitar uma ruptura com o “depósito da fé”, mas na parte formal de apresentação desse “depósito da fé” pode e precisa haver adaptações que o façam compreensível para o mundo de hoje e relevante para a humanidade. O passo dado pelo Concílio em direção à era moderna corresponde ao dever dos cristãos de estarem sempre prontos a responder a quem quer que perguntasse a razão da sua esperança (cf. 1Pd 3,15). Ao dar esse passo, a Igreja descobre, segundo o próprio teólogo e comentarista do Concílio Vaticano II, Joseph Ratzinger, que “nem tudo que existe na Igreja precisa ser por causa disso já legítima tradição, ou seja, nem toda tradição que surge na Igreja é realização e atualização do mistério de Cristo, mas ao

1. *Discurso aos cardeais, arcebispos e prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal* (22.12.2005). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia_po.html>.

lado da tradição legítima existe também uma desfigurada”² (Ratzinger, p. 519). Quem vai nos dizer se a “Missa Tridentina” é tradição legítima ou desfigurada?

As grandes adaptações, segundo o Papa, aconteceram na definição de “novos modos” na “relação entre fé e ciências modernas”, na “relação entre a Igreja e o Estado moderno” e, de modo geral, na questão “da tolerância religiosa, que exigia uma nova definição sobre a relação entre fé cristã e as religiões do mundo” (Bento XVI, p. 6). Na complexidade dessas questões “podia emergir alguma forma de descontinuidade” e “de fato” emergiu. E, continua o Papa, é “exatamente neste conjunto de continuidade e descontinuidade a diversos níveis que consiste a natureza da verdadeira reforma” (Bento XVI, p. 6).

A reforma inclui revisão, mudança e correção. A “correção” vai além de uma revisão histórica. Ela admite práticas erradas, que precisavam ser corrigidas e que não estavam de acordo com a verdadeira identidade da Igreja. “O Concílio Vaticano II, com a nova definição da relação entre a fé da Igreja e determinados elementos essenciais do pensamento moderno, reviu, ou melhor, corrigiu algumas decisões históricas, mas nesta aparente descontinuidade manteve e aprofundou a sua íntima natureza e a sua verdadeira identidade” (Bento XVI, p. 7). Contudo, a Igreja permanece um “sinal de contradição” (Lc 2,34) em relação ao espírito de cada época e à sua própria coerência.

Sem pretender dar conta da amplitude desta discussão – por exemplo, o que significaria continuidade, reforma ou ruptura como princípios substanciais ou formais na eclesiologia, na cristologia, na liturgia –, nós nos limitamos a algumas considerações ligadas ao campo da prática missionária e da Teologia da Missão, resumidas em cinco passos que apontam para mudanças significativas. Essas mudanças de níveis diferentes assumem, com exceção do quinto passo, a visão anterior num horizonte mais amplo, mais relevante para os pequenos e os que sofrem, portanto mais evangélico.

2. Comentário à constituição dogmática *Dei Verbum*, sobre a revelação divina (DV). *Lexikon für Theologie und Kirche*. Suplemento vol. 2. 2. ed. Freiburg/Basel/Wien: Herder (Sonderdruck), 1986. p. 515-528.

Do eclesiocentrismo à centralidade do Reino

A meta da Igreja e da missão é o Reino de Deus (cf. *Lumen Gentium* [LG], n. 9; *Documento de Aparecida* [DAp], nn. 33, 190, 223) como Reino da vida; seu anúncio é historicamente relevante para além da história. Por ser essencialmente missionária, a Igreja não vive para si. Ela não está nem se coloca no centro. Ela vive a serviço do Reino. Esse Reino é central para todas as suas atividades e reflexões. A meta da Igreja é o Reino de Deus (cf. LG, n. 9). Ela é serva e testemunha do Reino. No Espírito Santo, é enviada para articular universalmente os povos numa grande “rede” (cf. Jo 21,11) de solidariedade. Do envio nascem comunidades pascais que tentam contextualizar a utopia do primeiro dia da nova criação. Das comunidades nasce o envio. A missão, com seus dois movimentos, a diástole do envio à periferia do mundo e a sístole que convoca, a partir dessa periferia, para a libertação do centro, é o coração da Igreja. Sob a senha do Reino, propõe um mundo sem periferia e sem centro.

Converter-se ao Reino é tarefa cotidiana dessa Igreja Povo de Deus. Suas realizações históricas necessitam permanentemente da “purificação”, “inspiração” e “animação” do Espírito Santo, que é o pai dos pobres. Por isso são pobres os sinais que marcam sua trajetória: o vazio, a abertura, a partilha, a ruptura, a caminhada, a cruz e a hóstia sagrada. O presépio e o sepulcro estão vazios; a porta do cenáculo está aberta, a genealogia, interrompida pelo Espírito. Essa Igreja não tem pátria nem cultura, nem é dona de verdades. Ela é serva, peregrina, hóspede, instrumento, sinal. Mas ela tem rumo. Quem nasce e renasce ao pé da cruz, na fuga e na peregrinação, desconfia dos brilhantes falsos dos vencedores.

Do território missionário à natureza missionária

O Concílio Vaticano II iniciou processos eclesiológicos e pastorais que livraram a missão da Igreja de fixações a territórios geográficos. A Igreja se declarou Povo de Deus,

que é, “por sua natureza” (*Ad Gentes* [AG], nn. 2 e 6), missionário e vive em “estado de missão” (*DAp*, n. 213, cf. AG, n. 2). Desde seu Batismo, os cristãos participam dessa natureza missionária como “adeptos do Caminho” (At 9,2) e seguidores de Jesus Cristo. Ele é o primeiro missionário, enviado por Deus Pai-Mãe ao mundo (cf. Jo 5,36s). Ele é o Caminho. E esse Caminho é escolha e escola.

A partir de sua natureza missionária, a Igreja Povo de Deus procurou reconstruir a sua identidade, seus serviços pastorais e sua teologia. Ela procurou lentamente assumir o deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais sob a responsabilidade da Congregação pela Propagação da Fé (*Propaganda Fide*), missões pelas quais faz coletas e pede orações, para uma Igreja na qual a missionariedade representa a orientação fundamental de todas as suas atividades.

Da missão ad gentes à missão inter gentes

A missão *ad gentes*, no seu sentido tradicional, hoje, de fato, é missão *inter gentes*, missão entre povos e continentes, entre Igrejas locais e comunidades. O paradigma da missão *inter gentes* surgiu no contexto do pluralismo religioso da Ásia, onde vive mais de 60% da humanidade. É um contexto de diálogo com as religiões, as culturas e os pobres.

O paradigma da *missio inter gentes* corresponde ao espírito do Concílio Vaticano II:

- leva em conta a situação do pluralismo religioso e da diáspora crescente da Igreja no mundo de hoje;
- enfatiza a responsabilidade da Igreja local para a missão;
- quebra o monopólio de uma Igreja que envia missionários e uma Igreja que os recebe;
- admite a reciprocidade e conversão mútua entre agentes e destinatários da missão e da Igreja em seis continentes e valoriza o diálogo intercultural e inter-religioso;
- sublinha a missão não como uma atividade entre indivíduos, mas entre comunidades.

Quem são as “gentes” de hoje?

Nos primórdios do Cristianismo havia três destinatários da Boa-Nova: os judeus, os cristãos e os pagãos. Pagão tornou-se sinônimo de “gente” (não cristão e não judeu). O Concílio Vaticano II contemplou a atividade e o ser missionário da Igreja no decreto *Ad Gentes*, o diálogo e as relações entre católicos e cristãos não católicos no decreto sobre o ecumenismo *Unitatis Redintegratio*, e o diálogo e as relações com as religiões não cristãs na declaração *Nostra Aetate*.

Para a América Latina e o Caribe, que passaram por um aprofundamento na leitura da Bíblia e pela renovação de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, missão *ad gentes* significa seguir Jesus, convocar seus destinatários preferenciais, os pobres, e enviá-los como protagonistas de seu Reino. Em seus discursos axiais da Sinagoga de Nazaré (Lc 4), das bem-aventuranças (Mt 5) e do último juízo (Mt 25), Jesus de Nazaré é muito claro. Os protagonistas e destinatários de seu projeto, que é o Reino, são as vítimas (pobres, cativos, cegos, famintos, oprimidos, estranhos, enfermos). Como missionários da missão universal *inter gentes*, apontam para um outro mundo que é necessário, possível e real.

Da supervisão à inculturação

Na lógica do Reino, “os pequenos”, os que vivem do lado sombrio do mundo, são caminhos da verdade e porta da vida. Para eles, a comunidade missionária reserva sempre o melhor: o melhor tempo, o melhor vestido, o melhor espaço. Eles são o lugar da epifania de Deus, por excelência. A questão social está estreitamente vinculada à questão da ortodoxia. Pecado significa indiferença diante da exploração dos pobres e do desprezo que sofrem. Neles a Igreja reconhece “a imagem de seu fundador pobre e sofredor” (LG, n. 8c). No Cristianismo, essa pobreza do próprio Deus tem muitos nomes: encarnação, cruz e Eucaristia.

Com os pobres e os outros trabalhamos e convivemos com o culturalmente disponível, lutando pela redistribuição dos bens e pelo reconhecimento de sua dignidade (DAP, nn. 8,

257, 393, 395, 398). A solidariedade missionária se realiza através da inculturação concreta nos contextos. Não somos os supervisores do projeto de Deus nem das “obras sociais” que inspiramos. Meios sofisticados e lugares de comando são um contratestemunho para a missão. A “supervisão”, muitas vezes, nos afasta do chão e dos rostos concretos dos pobres. A eficácia missionária não está nos instrumentos utilizados nem na liderança em “nossas obras”, mas na coerência entre a mensagem do Reino e sua contextualização, também através do nosso estilo de vida. Isso a reestruturação dos ministérios deve levar em conta. Entre todos os meios nunca deve faltar a partilha simbolicamente celebrada na Eucaristia. Ao repartir o pão, os discípulos de Emaús reconheceram Jesus Ressuscitado. Só o pão repartido vai saciar a fome do povo.

Do monopólio salvífico à partilha da graça da salvação

Até a primeira metade do século XX, Francisco Xavier e praticamente todos os missionários e missionárias eram obrigados, em nome da Igreja, a negar a possibilidade de salvação para os não cristãos. Nessa matéria, o Concílio Vaticano II trouxe mudanças substanciais. Para compreender esta afirmação, vale lembrar a bula *Cantate Domino*, do *Concilium Florentinum*, de 1442. Esse Concílio “acredita, confessa e anuncia firmemente, que ninguém que existe fora da Igreja Católica, nem pagãos, judeus, heréticos ou cismáticos, participará da vida eterna, mas que irão para o fogo eterno ‘que é preparado para o diabo e seus anjos’ (Mt 25,41)”.³ Ao comparar essa bula com textos do Concílio Vaticano II, percebe-se facilmente mudanças substanciais:

- a) “O Salvador quer que todos os homens se salvem” (LG, n. 16; cf. 1Tim 2,4). Segundo o plano de salvação, a vida eterna é para todos.
- b) “[...] aqueles que ainda não receberam o Evangelho, estão de uma forma ou outra orientados para o Povo de Deus” (LG, n. 16).

3. DENZINGER-SCHÖN-METZLER, *enchiridion symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum*. 36 ed. Barcinone/Friburgi Brisgoviae/Romae: Herder, 1976. n. 1351: “Firmiter credit, profitetur et praedicat, nullos extra catholicam Ecclesiam existentes, non solum paganos, sed nec Iudaeos aut haereticos atque schismaticos, aeternae vitae fieri posse participes, sed in ignem aeternum ituros, ‘qui paratus est diabolo et Angelis eius’ [Mt 25,41]”.

- c) “[...] o desígnio da salvação estende-se também àqueles que reconhecem o Criador” (LG, n. 16), muitas vezes, em religiões não cristãs que “refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens” (NA, n. 2b). De ninguém, que procura “o Deus desconhecido em sombras e imagens, Deus está longe” (cf. LG, n. 16a).
- d) Os cristãos, diz a *Gaudium et Spes*, não são exclusivamente associados ao mistério pascal e à esperança da ressurreição: “E o que fica dito, vale não só dos cristãos, mas de todos os homens de boa vontade, em cujos corações a graça opera ocultamente [...] devemos manter que o Espírito Santo a todos dá a possibilidade de se associarem a este mistério pascal por um modo só de Deus conhecido” (GS, n. 22).
- e) Todos “aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo, e a Sua Igreja, procuram, contudo, a Deus com coração sincero, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir a Sua vontade, manifestada pelo ditame da consciência, também eles podem alcançar a salvação eterna” (LG, n. 16). “[...] Deus, por caminhos que só Ele sabe, possa conduzir à fé, sem a qual é impossível ser-se-Lhe agradável (39), os homens que ignoram o Evangelho sem culpa sua [...]” (AG, n. 7a).
- f) A liberdade religiosa é um direito da pessoa humana e um pressuposto da missão. “[...] em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma [...]” (*Dignitatis Humanae*, n. 2a).
- g) A real possibilidade da salvação em Cristo sem conhecimento do Evangelho e a necessidade da Igreja (dos sacramentos, da evangelização explícita) para essa salvação não se excluem (cf. *Redemptoris Missio*, n. 9; *Dominus Iesus*, n. 20b).

Ao afirmar o monopólio salvífico como barreira excludente da salvação, como historicamente aconteceu, a Igreja errou no campo próprio, não no campo científico, como no

caso de Galileu. Confundiu o princípio da salvação universal em Jesus Cristo com a mediação universal dessa salvação pela ação missionária da Igreja Católica. Ter cometido erros é humano e perdoável. Admitir esses erros e pedir perdão faz parte da oração que Jesus nos ensinou.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Quais são as linhas mestras do Concílio Vaticano II que hoje fazem parte do consenso eclesial?
2. Essas linhas mestras representam continuidade ou ruptura com a Tradição da Igreja?
3. Quais foram os pontos de discordância que levaram o grupo em torno do Bispo Marcel Lefebvre e da “Fraternidade Sacerdotal São Pio X” a romper com a unidade eclesial?
4. Alguns fatos recentes na vida eclesial apontam para uma marcha em direção da Pré-Modernidade (acolhida generosa do grupo cismático da “Fraternidade Sacerdotal São Pio X”; volta à Missa Tridentina como rito em que o celebrante não cruza mais seu olhar com os olhares do povo; juramentos de vassalagem medieval de párocos, bispos e professores de Teologia antes de assumirem suas tarefas pastorais). Não haveria em tudo isso uma confusão entre duas compreensões de unidade: unidade como balaio onde cabem atitudes de uma evangelização Pré-Moderna e colonial de ontem *versus* unidade como missão profética na contramão de valores centrais do mundo de hoje?
5. Como podemos viver em nossa vida diária a passagem “do monopólio salvífico para a partilha da graça da salvação”?

* **Sinivaldo Silva Tavares** é frade franciscano com doutorado em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Antoniana (1998). Atualmente, é professor de Teologia Fundamental e de Teologia Sistemática na Faculdade de Teologia do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis-RJ, coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* “Espiritualidade, ecologia e educação: uma abordagem transdisciplinar” e coordenador do *Master* em Evangelização “Cenários contemporâneos: interpelações e perspectivas”.
Endereço do autor: Instituto Teológico Franciscano, Rua Cel. Veiga, 550, CEP 25655-151, Petrópolis-RJ.
E-mail: sinivaldo@itf.org.br.

A criação em face do novo paradigma ecológico: dom de Deus e responsabilidade humana

SINIVALDO S. TAVARES*

Na perspectiva cristã, a criação é concebida como dom e, conseqüentemente, também como incumbência. Interpelados a assumir nossa intransferível responsabilidade para com a criação, que se encontra visivelmente ameaçada, contemplaremos a complexidade da criação à luz do Mistério da Trindade Santíssima. Assim, recuperaremos aquela genuína experiência de fé que fará deslanchar nossa singular contribuição em mérito à gravidade da situação atual do planeta: a acolhida do inusitado dom do Pai e o discernimento das pegadas do Cristo presentes na trama da criação e nos gemidos inefáveis do *Spiritus Creator* que ecoam por entre os meandros sutis do universo.

A “crise ecológica”: a degradação da vida no planeta

A “crise ecológica” compreende uma série de fenômenos tais como: aquecimento global, mudanças climáticas, crescente escassez de água, desertificação, mudança no regime de chuvas, frequentes desastres naturais, redução da produção/produktividade agrícola etc. À diferença de outras crises que também nos angustiam neste princípio de século, a crise ecológica é de caráter estrutural e não simplesmente circunstancial.

Trata-se, na verdade, de uma crise do paradigma hegemônico da civilização ocidental: uma crise no conjunto de modelos ou de padrões a partir dos quais organizamos nossa relação com nós mesmos, com as demais pessoas e com o

conjunto da realidade na qual estamos inseridos. O que se encontra em crise, na verdade, é o paradigma tipicamente ocidental, sintoma de um incorrigível antropocentrismo, expresso na peculiar atitude de se colocar sobre as coisas, objetivando-as e julgando-as distantes e desconectadas do ser humano, concebido como sujeito. A vontade desenfreada do ser humano de tudo dominar tem marcado os destinos da civilização ocidental técnico-científica. A exacerbação do saber concebido como poder está nos conduzindo, paradoxalmente falando, à total sujeição aos imperativos de uma terra degradada. A ilusão, enfim, de um crescimento desmedido e de um progresso ilimitado voltados para a melhoria das condições de vida está nos levando a uma degradação sem precedentes, perceptível, sobretudo, na deterioração progressiva da qualidade de vida nossa, dos demais seres vivos e do próprio planeta.¹

Tais constatações nos levam a refletir seriamente sobre os conflitos provocados pela atual dinâmica da sociedade contemporânea. O mais agudo e urgente conflito seria entre a reprodução da humanidade e os destinos do planeta Terra. Encontramo-nos, para todos os efeitos, encurralados em um beco sem saída: de um lado, nossas sociedades têm cada vez mais necessidade da terra e de seus recursos; de outro, o planeta suporta cada vez menos nosso crescimento. Tem de fato razão Leonardo Boff quando a este respeito afirma que “os limites do capital são os limites da Terra”.²

A criação: outro olhar, novas relações

Elaborar uma “teologia da criação” que faça jus à gravidade dos desafios que nos são postos pela “crise ecológica” constitui uma tarefa de extrema urgência para a teologia cristã nesse princípio de século.³ Essa nova “teologia da criação” será fruto, em primeiro lugar, da releitura dos relatos bíblicos da criação.⁴ E o intuito desta releitura será resgatar a singularidade do ser humano não operando uma separação sua das demais criaturas, mas, ao contrário, potencializando as inter e retrorrelações que o ligam intensa

1. Cf. BOFF, L. *Ecologia; grito da terra, grito dos pobres*. São Paulo: Ática, 1995 [com ampla bibliografia]. WILSON, E. O. *A criação. Como salvar a vida na terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

2. BOFF, L. A última trincheira: temos que mudar. Economia e ecologia. In: BEOZZO, J. O.; VOLANIN, C. J. (orgs.). *Alternativas à crise. Por uma economia social e ecologicamente responsável*. São Paulo: Cortez Editora, 2009. p. 35-51 – aqui, p. 42ss.

3. Cf. TAVARES, S. S. *Teologia da criação; outro olhar – novas relações*. Petrópolis: Vozes, 2010.

4. A este propósito, consultem-se: REIMER, H. *Toda a criação. Bíblia e ecologia*. São Leopoldo:

Oikos, 2006. MESTERS, C.; OROFINO, F. Novos céus e nova terra, vida no campo e na cidade. A sustentabilidade da vida e a espiritualidade. In: SOTER (org.). *21º Congresso Anual da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião – Soter*. São Paulo: Paulinas/Soter, 2008 – edição digital ebook, p. 11-21, disponível em: <<http://www.paulinas.org.br/ciber-teologia/wp-content/uploads/2009/08/LivroDigital.pdf>>, acesso em 13 mar. 2009.

5. Consultem-se os seguintes trabalhos que se inserem nessa busca por uma teologia da criação em diálogo com as ciências: BERRY, Th. *The Dream of the Earth*. San Francisco: Sier-

e intimamente a essa imensa e complexa “teia da vida” (F. Capra). Ademais, essa nova “teologia da criação” ensaiará concepções igualmente novas de Deus, do ser humano e das outras criaturas a partir de uma radical inversão dos processos de redenção e criação. Salientará, por conseguinte, a necessidade de se superar toda sorte de dualismo extrínsecista como caminho privilegiado de se compreender a inteira realidade como uma complexa teia.⁵ Qual teia de relações, as distintas singularidades aparecerão melhor na medida em que explorarmos ao máximo as íntimas interconexões que as mantêm unidas nessa complexidade do real.

A criação como dom: gratuidade, solidariedade e intimidade divinas

Na perspectiva cristã, somos queridos por um Deus que é Pai e que nos cria mediante sua contundente Palavra, no vigor de seu Espírito. Isto significa que nossa existência, em última análise, constitui uma interpelação de Deus. Começamos a existir no contexto de um diálogo prévio e, portanto, constitutivo da nossa inalienável singularidade. Fomos constituídos por Deus, no momento mesmo da criação, como seus potenciais interlocutores: ouvintes de sua Palavra, na predisposição para compreender seus desígnios e para corresponder a suas interpelações, encarnando-os na própria vida. Existimos como criaturas predispostas ao diálogo porque convocadas ao encontro e à comunhão com o Criador. Mas esta palavra instauradora de diálogo é uma palavra propiciada pelo Espírito e, portanto, tornada fecunda por ele. Nossa vida emerge a partir da fecundidade do Espírito, vale dizer, sentimo-nos movidos no ritmo do Espírito de Deus. Isto significa que fomos queridos como criaturas entusiasmadas, por possuímos, como exprime sua própria etimologia, um “deus dentro de nós”.

Reconhecendo a existência como interpelação do Criador porque, em última instância, uma *in*-habitação amorosa de seu Espírito, nós a concebemos como uma contínua resposta e um constante exercício de acolhida terna e hospitaleira. Neste sentido, sentimos que a vida não é fruto de

nossa iniciativa. Ela não começa, de fato, conosco. Ela é sempre resposta, por isso mesmo não se pode viver senão responsabilmente, acolhendo a própria existência como um exercício perene de responsabilidade, melhor dizendo, de corresponsabilidade. Pois assim como nós não apenas vivemos, mas convivemos com as pessoas e com as demais criaturas, da mesma forma não apenas respondemos, mas correspondemos, numa experiência de singular solidariedade, às interpelações que o Criador, através de sua Palavra e no seu Espírito, nos lança em meio à complexidade das relações interpessoais e históricas, através das fibras mais íntimas da inteira realidade criada e, ainda, a partir da interioridade mais profunda de cada um de nós.

Sobre essa base, considerar a Criação como dom do Deus trino e uno significa contemplá-la como inusitado dom do Pai, como “corpo místico de Cristo” e, enfim, como “morada do Espírito Santo”.

A criação como inusitado dom do Pai

O termo criação remete à experiência do dom e da gratuidade divina. Dizer criação pressupõe a consciência da relação primordial entre Criador e criatura. Nesse sentido, criação difere substancialmente de termos como, por exemplo, natureza ou cosmo. Ao nos reconhecermos criaturas, exprimimos a consciência de que a vida se nos afigura como oferecida gratuitamente. Poderíamos existir de outro modo ou nem ao menos existir. E, no entanto, existimos. Portanto, o nosso existir revela um querer, uma intencionalidade, primários. Fomos queridos por alguém, por um Criador, portanto passamos a existir. Não são, a rigor, necessidades intrínsecas que justificam nossa existência como tal. O que de fato testemunhamos é que somos queridos por alguém que deseja que existamos. E este alguém nos quer assim como somos. Também aquelas circunstâncias que caracterizam nossa existência são queridas como tais pelo Criador e correspondem, em última instância, a uma intencionalidade e querer gratuitos dele.

Não existem, portanto, explicações que deem conta do porquê de nossa existência. E aqui, precisamente, nosso

ra Club Books, 1988. [Trad. bras.: *O sonho da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.] MOLTSMANN, J. *Deus na criação – Doutrina ecológica da criação*. Petrópolis: Vozes, 1992. MALDAMÉ, J.-M. *Le Christ pour l'univers. Pour une collaboration entre science et foi*. Paris: Desclée, 1998 [Trad. bras.: *Cristo para o universo; fé cristã e cosmologia moderna*. São Paulo: Paulinas, 2005.] SUSIN, L. C. (org.). *Mysterium Creationis; um olhar interdisciplinar sobre o universo*. São Paulo: Paulinas, 1999. EUVÉ, F. *Penser la Création comme jeu*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2000. [Trad. bras.: São Paulo: Paulinas, 2006.] JUNGES, J. R. *Ecologia e criação*. São Paulo: Loyola, 2001. SUSIN,

Criador se revela como Absoluto, manifestando, assim, sua radical diferença em face do caráter intrinsecamente contingente de suas criaturas. O Criador não está vinculado a nada. Não existe nada fora de Deus que o possa condicionar. Ele é o *Ab-soluto* por excelência. E seu querer e agir são absolutamente gratuitos. O fio condutor, portanto, que atravessa a inteira realidade criada é constituído pela experiência da gratuidade em todas as suas expressões. Não existem, a rigor, leis ou relações necessárias que caracterizam a relação entre o Criador e suas criaturas. E por essa razão estão descartadas todas as tentativas de encontrar explicações lógicas e necessárias que deem razões à existência nossa e das demais criaturas.

Permeia a complexidade de tudo quando existe a gratuidade amorosa do Criador que se revela mediante um querer gracioso, caracterizado pelo cuidado e pelo enternecimento para com cada criatura e para com a inteira realidade criada. Este querer divino instaura de maneira consistente as legítimas buscas de sentido. A preocupação maior e mais fundamental do ser humano passa a ser, então, auscultar as interperações do Criador inscritas em sua mais recôndita interioridade, no seio das relações interpessoais, nos meandros sutis da história e nas fibras mais íntimas da inteira realidade criada.

Porque expressão do querer mais íntimo de um Pai que deseja criaturas para poder instaurar com elas relações de comunhão, a criação se revela como o palco da trama amorosa e, por isso mesmo, dramática do amor sponsal entre Deus e suas criaturas. Somos, enquanto criaturas, radicalmente diferentes do criador. Somos diferentes não para selar nossa irremissível separação; mas, ao contrário, para nos decidirmos livre e conscientemente pela relação, fomentando, assim, o encontro e tecendo teias de comunhão.

A criação como corpo cósmico de Cristo

A consideração acerca da intrínseca dimensão cósmica do mistério da encarnação do Verbo da Vida resulta não só plausível, mas particularmente relevante. Pois o mistério da

L. C. *A criação de Deus*. Valencia/São Paulo: Si-quem/Paulinas, 2003. (Coleção Livros Básicos de Teologia, Teologia Sistemática, n. 5: Deus e criação.) CAPRA, F.; STEINDL-RAST, D. *Per-tencendo ao universo. Explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade*. São Paulo: Cultrix/Amaná, 2000. KÜNG, H. *O princípio de todas as coisas. Ciências naturais e religião*. Petrópolis: Vozes, 2007. MOLTSMANN, J. *Ciência e sabedoria. Um diálogo entre ciência natural e teologia*. São Paulo: Loyola, 2007.

encarnação desvela, em última instância, a dimensão intimamente crística de toda a criação. Segundo o testemunho das Escrituras Sagradas, é por meio de Cristo que todas as coisas foram criadas e é por seu intermédio que todas as coisas, no vigor do Espírito, retornam a Deus Pai, único princípio e fim da criação. A relação que intercorre entre Jesus Cristo e a inteira criação é, portanto, dúplice: Ele é, por um verso, o primogênito de toda criatura e, por outro, o recapitulador da inteira realidade criada.

Pelo fato de que tudo quanto existe tenha sido criado nele, por ele, para ele e por meio dele, Jesus Cristo é, para todos os efeitos, o primogênito de toda criatura (cf. Cl 1,12-20). Cristo foi estabelecido pelo Pai como primogênito porque, na verdade, somente nele e por meio dele a realidade inteira recupera seu verdadeiro sentido, seu significado mais profundo. A encarnação emerge, então, como o sentido interno da criação. O sentido mais remoto, bem como a finalidade mais precípua da inteira realidade criada e de cada uma das criaturas, torna-se presente em Jesus Cristo, o primogênito entre muitos irmãos e irmãs. Compreendida assim, a encarnação emerge como o horizonte de sentido no interior do qual repousa a complexidade do cosmo inteiro.

Se a criação encontra sua razão de ser no mistério da encarnação, então é também verdade que cada criatura, apesar de ínfima e insignificante, carrega em si, impressos, traços do Filho unigênito de Deus. Existe, neste sentido, um parentesco cósmico entre a inteira realidade criada e Jesus Cristo. O mistério do Verbo que se fez carne emerge como a perfeita explicitação desta íntima relação entre Deus e as criaturas, pois constitui o cumprimento do desígnio terno e amoroso do Criador. O mistério da encarnação é, por excelência, expressão deste parentesco cósmico. Importa, neste caso, resgatar o valor perene desta dimensão intrinsecamente crística da inteira realidade criada.

Jesus Cristo é também o recapitulador universal, o reconciliador, conforme atesta o hino litúrgico de Ef 1,9-10: “Ele nos fez conhecer o mistério de sua vontade, segundo o desígnio benevolente que formou desde sempre em Cristo,

para realizá-lo na plenitude dos tempos: reencabeçar tudo em Cristo, tudo o que existe no céu e na terra”. Na qualidade de recapitulador, ele levará a realidade inteira à plenitude, ao seu mais perfeito cumprimento. Isto significa dizer que é precisamente em Jesus Cristo que cada criatura encontra sua máxima realização. Nele e através dele, a inteira realidade criada redescobre sua mais íntima vocação: criaturas de Deus, vocacionadas à comunhão plena com ele. Em Cristo somos, de fato, predestinados a ser pessoas humanas novas e a participar plenamente, juntamente com todas as criaturas que também serão transfiguradas, da glória do Deus criador (cf. Rm 8,28s).

Enquanto prolongamento do mistério da encarnação no aqui e agora de nossa experiência de fé, a Eucaristia constitui o memorial permanente daquele singular gesto de Deus de abraçar cada uma das criaturas e de envolvê-las todas num único abraço, em Jesus Cristo e por meio dele.⁶ Trata--se da atitude do Cristo de assumir, purificando e elevando, cada uma das criaturas e as criaturas todas como parte integrante do seu corpo. Nada escapa à força da presença de Deus, que, no seu Filho Jesus Cristo, alcança e penetra a inteira realidade criada, sem anular ou sufocar a singularidade de cada criatura.

A Eucaristia é, neste sentido, a prefiguração daquela realidade última que nos é dado esperar na fé, como promessa a ser cumprida. A realidade inteira será transfigurada na imagem bíblica dos novos céus e da nova terra e nós seremos transformados em seres humanos novos. Seremos, graças à íntima presença e ação do Espírito Santo, conformados cada vez mais à imagem e semelhança do Filho Unigênito do Pai. Da mesma forma, a história e o inteiro cosmo serão transfigurados no Reino de Cristo mediante a ação interior e eficaz do Espírito Santo, que faz novas todas as coisas. Esta é a razão pela qual os textos do Novo Testamento concebem a ação peculiar do Espírito de Deus como cristificação das pessoas, da história e da totalidade do cosmo.

A corporeidade de Cristo, cuja memória se atualiza na celebração eucarística, é aquele nó capaz de unir mediante

6. Cf. o interessante estudo do Metropolita de Pérgamo: ZIZIOULAS, Ioannis. *A criação como Eucaristia. Proposta teológica ao problema da ecologia*. São Paulo/ Florianópolis: Mundo e Missão/Itesc, 2001.

um vínculo estreito a existência de cada pessoa humana à história da inteira humanidade e, ainda, a todo o cosmo. E isso graças ao mistério da encarnação do Filho de Deus, culminada no evento pascal de Cristo, que alcança na efusão do Espírito Santo sua maior expressão. Pois, de fato, o Espírito é entregue e destinado a habitar a interioridade dos corpos humanos e das criaturas todas, a penetrar nos sulcos profundos da história e a se entranhar por entre os meandros sutis do cosmo inteiro. Responsável pela potencialização e expansão da expressão “corpo de Cristo”, o Espírito Santo propicia e sustenta os reais alcances desta inter-relação: 1) “corpo de Cristo” enquanto expressão da vida de Jesus compreendida na totalidade de seus gestos e de suas palavras, culminados na entrega suprema do próprio corpo como verificação de sua inteira vida e da credibilidade de sua mensagem; 2) “corpo de Cristo” entendido como cada pessoa que se conforma a Cristo, fazendo da própria vida uma oblação agradável a Deus; 3) “corpo de Cristo” enquanto seu corpo histórico, a Igreja, comunidade daquelas pessoas que vivem a partir da consciência de que a pregação e o testemunho de Jesus, que adquiriram singular credibilidade na sua paixão, morte e ressurreição, continuam acontecendo na história das pessoas e do mundo; 4) “corpo de Cristo” enquanto história que se quer construir, passo a passo, segundo os valores do Evangelho até a plena emergência do Reino de Deus; 5) “corpo de Cristo”, enfim, enquanto inteira criação na sua complexidade, obra que o Pai realiza mediante o Espírito Santo que *in-habita* o inteiro cosmo, obra de transformação deste mundo no único “corpo de Cristo”.

Essas são as reais extensões do corpo de Cristo propiciadas pela ressurreição do Crucificado e pela efusão do Espírito Santo sobre a comunidade dos fiéis. E é precisamente na celebração eucarística que experimentamos a relação íntima e profunda que existe entre essas distintas dimensões do “corpo de Cristo”. O corpo de Cristo eucarístico recolhe em si todas essas distintas dimensões lembradas acima, ressaltando e valorizando cada uma delas na sua singularidade,

numa complexa tessitura em que os fios se entrelaçam como em uma teia.⁷

O antropólogo e místico jesuíta Padre Teilhard de Chardin, autor do célebre texto *A missa sobre o mundo*, escreve:

Quando Cristo desce sacramentalmente em cada um de seus fiéis, não é apenas para conversar com ele [...]; quando ele diz, por meio do sacerdote: “Hoc est corpus meum”, essas palavras transbordam o pedaço de pão sobre o qual são pronunciadas: elas fazem nascer o Corpo místico inteiro. Para além da Hóstia transubstanciada, a operação sacerdotal estende-se ao próprio Cosmo. [...] A Matéria toda sofre, lenta e irresistivelmente, a grande Consagração.⁸

A criação como habitação do Espírito Santo

As primeiras comunidades cristãs, que nos legaram sua experiência nos textos do Novo Testamento, oferecem-nos um testemunho esclarecedor acerca da peculiar missão do Espírito Santo. Derramado generosamente sobre a comunidade dos fiéis para se fazer presente na história e no cosmo todo, o Espírito Santo opera lentamente a cristificação do gênero humano, da história e do cosmo inteiro. Assim, ele vai misteriosamente realizando a obra de reconciliação da inteira criação com Deus. O Espírito Santo, através da sua presença interior e misteriosa, vai transformando cada pessoa na imagem de Jesus Cristo. Presente no seio da Igreja, ele vai transformando a comunidade dos fiéis no corpo de Cristo. Presente na história, o Espírito a fermenta desde dentro para que se transforme no Reino de Cristo. O Espírito Santo vai, enfim, atuando misticamente no coração do cosmo, vai despertando e explicitando cada vez mais na criação a saudade, a nostalgia da sua origem. Assim, ele opera a reconciliação da inteira criação, fazendo com que a mesma, contemplando o Cristo, seu paradigma, se reconheça na sua mais lídima dependência a seu Criador e Senhor a fim de que, desse modo, possa de novo ser reconduzida por Cristo a Deus Pai, autor e princípio de tudo. Então se

7. Para uma visão mais detalhada, remetemos ao nosso artigo “Eucaristia: pluralidade de dimensões na unidade do Mistério”, *REB* 63 (2003) 807-828.

8. Texto citado por N. M. Wildiers na introdução de: TEILHARD DE CHARDIN, P. *Hino do universo. A missa sobre o mundo. Cristo na matéria. Três histórias no estilo de Benson. A potência espiritual da matéria. Pensamentos escolhidos por F. Tardivel.* Trad. do original francês. São Paulo: Paulus, 1994. p. 15.

realizará o que diz o Apóstolo Paulo: “Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28).

O Espírito não age, porém, de maneira ostensiva de modo a manifestar sua presença mediante sinais e portentos extraordinários que se caracterizam pela nítida visibilidade. Ele age, por isso, interiormente, vale dizer, de dentro para fora. Ele penetra nas fibras mais íntimas da natureza, se insere nos meandros mais sutis da história e vem habitar no âmago mais recôndito do ser humano, para, a partir dessa singular experiência de interioridade, iniciar sua lenta obra de santificação. Nem por isso sua presença é menos sentida, tampouco sua ação carece de eficácia. Ao contrário, sua maneira interior e silenciosa de operar revela que toda autêntica transformação vem sempre de dentro para fora e não, ao contrário, de fora para dentro.

A singularidade do Espírito Santo se revela sobremaneira nesta sua peculiar maneira de se fazer presente e de agir interna e intimamente. Próprio do Espírito é ser ele mesmo no outro, no diverso de si. Assim, ele se esconde no interior de cada uma de suas criaturas e na complexidade da história e do cosmo para potencializar no melhor dos modos as singularidades e alteridades que compõem as relações interpessoais, a trama da história e a complexa teia das criaturas todas. Mediante o seu Espírito, Deus se revela como a interioridade mais íntima de cada criatura e, portanto, da complexidade da criação. Vindo a habitar na interioridade de cada criatura, o Espírito provoca o desabrochar da identidade mais própria dela. Inserindo-se no coração da humanidade, ele a fermenta desde o seu interior; e, finalmente, permeando o seio do cosmo, ele potencializa ao máximo a riqueza e a pluralidade da criação, propiciando a unidade profunda na mais diversificada pluralidade.

Ao contrário do que se poderia pensar, o Espírito não opera massificando. Seu modo peculiar de ser na alteridade mais radical de cada criatura faz com que possam emergir as mais distintas e variadas singularidades no complexo e na trama de suas recíprocas alteridades. Ademais, o Espírito salienta sobremaneira as inter e retrorrelações que consti-

tuem as várias singularidades a partir de uma rede fecunda de reciprocidades entre singularidade e alteridade. Assim fazendo, o Espírito Santo opera a mais perfeita comunhão entre as distintas singularidades, tornando-as disponíveis e potencializando-as ao encontro e à comunhão.

A criação como incumbência: a ética do cuidado e da compaixão

Deus cria suas criaturas com o intuito de torná-las participantes de sua própria vida. Cria-as como parceiras, autênticos interlocutores seus. O primeiro relato bíblico da criação testemunha que o Criador cria tudo quanto existe mediante a eficácia de sua palavra e insuflando no mais íntimo de suas criaturas seu hálito vivificante. A criação se nos afigura, pois, como um chamado à existência por parte do Criador. O ser humano, criatura na qual aflorou esta consciência, se sente chamado a assumir a própria vida como uma incumbência que lhe é conferida pelo Criador. Ao conferir, portanto, tal incumbência ao ser humano, Deus revela a identidade mais profunda desta sua criatura, que foi concebida não apenas com a capacidade de compreender sua palavra, mas também potencialmente apta a corresponder a seus desígnios nela expressos.

Os direitos da humanidade ou do gênero humano

Torna-se necessário, em primeiro lugar, alargar nossa concepção usual do que chamamos “humanidade”. Ela não deve ser considerada apenas a partir de um corte transversal do tempo, como o conjunto das pessoas que vivem numa determinada época. É preciso compreendê-la também a partir de um corte longitudinal, como a sucessão das gerações humanas. Esta ruptura que vem caracterizando de maneira acentuada a civilização ocidental hodierna pode se tornar fatal para a humanidade como um todo.

Exemplos desta falta de percepção com relação ao conjunto da humanidade e ao futuro da espécie humana, infelizmente, não faltam. Sabe-se hoje que, sobretudo em virtude do crescimento desmedido das nações industriali-

zadas, corremos o risco de que sejam esgotadas, ainda na presente geração, as fontes de energia não renovável, como óleo, carvão, madeira e petróleo. Usufruímos, portanto, das vantagens e do bem-estar produzidos pela industrialização, empurrando o pesado ônus e suas desastrosas consequências para as gerações futuras.

Outra questão que quase nunca é posta, em tal contexto, é a da tutela dos direitos econômicos fundamentais como condição mínima para que a espécie humana viva com dignidade. Referimo-nos aqui aos direitos elementares, tais como: alimentação, saúde, educação, trabalho, moradia. Direitos esses que, por serem fundamentais, se tornam imprescindíveis para que se possa garantir a cada uma e a todas as pessoas condições mínimas e imprescindíveis para se viver com dignidade.⁹

A tutela desses direitos econômicos fundamentais implica uma maior democratização da economia e da solidariedade, propiciando a emergência de um mundo em que caibam todos os mundos.¹⁰ Pois o mundo em que vivemos tem se caracterizado por uma sistemática e crescente exclusão de nada menos que dois terços da inteira população do planeta. Precisamente aqui se revela o caráter estruturalmente excludente da globalização neoliberal. Dos aproximadamente 6 bilhões de habitantes do inteiro planeta, apenas 1,5 bilhão de pessoas goza de todas as benesses produzidas pela sofisticação técnico-científica.

Agravando ainda mais a situação está a constatação de que não apenas os seres humanos, mas também o planeta Terra, estão à mercê de uma economia neoliberal que se impõe como a maior de todas as fatalidades do “nosso tempo”. À injustiça social e econômica, portanto, vem somar a injustiça ecológica.¹¹ É por isso que os direitos sociais e econômicos devem ser problematizados em sintonia com as condições cósmicas e naturais do planeta.¹²

Os direitos da Terra e de sua comunidade de vida

Do ponto de vista do direito privado, o antropocentrismo moderno inveterado se revela na oficialização jurídica da

9. Cf. BOFF, L.; UNDURRAGA, J.; PÉREZ ESQUIVEL, A.; MIRANDA, M.; ZULETA, G.; OSSIO, C.; ALDUNATE, J. (coords.). *Direitos humanos, direitos dos pobres*. São Paulo: Vozes, 1991.

10. Cf. o fascículo 308 da revista *Concilium* 40 (2004/5), intitulado “Um outro mundo é possível”.

11. Cf. BOFF, L. O pobre, a nova cosmologia e a libertação. Como enriquecer a Teologia da Libertação. In: SUSIN, L. C. (org.). *Sarça ardente. Teologia na América Latina; prospectivas*. São Paulo: Paulinas/Soter, 2000. p. 189-207.

12. Cf. MOLT-MANN, J. Direitos humanos, direitos da humanidade e direitos da natureza. *Concilium*

26 (1990/2)
135-152. BOFF,
Ecologia; grito da terra, grito dos pobres, cit.

13. BOFF, L.
Apresentação da
Carta da Terra.
In: CENTRO
DE DEFESA
DOS DIREI-
TOS HUMA-
NOS DE PE-
TRÓPOLIS. *A
Carta da Terra.
Valores e princípios
para um futuro
sustentável*. Ilus-
trações Projeto
ReciclarTE. Pe-
trópolis, 2004.
p. 10. Cf. ainda:
BOFF, L. *A
Carta da Terra
e a consciên-
cia planetária*.
Um olhar “de
dentro”. In:
RIBEIRO DE
OLIVEIRA, P.
A.; AGUIAR
DE SOUZA, J.
C. (orgs.). *Con-
sciência planetária
e religião. Desafios
para o século XXI*.
Belo Horizon-
te/São Paulo:
Editora PUC
Minas/Paulinas,
2009. p. 15-27;
29-42.

existência de “pessoas” e “coisas” apenas. Essa rígida divisão, aparentemente clara e distinta, reflete a cosmovisão moderna que separa a realidade em “sujeitos” e “objetos”. Segundo essa configuração epistemológica, sujeito mesmo é, a rigor, apenas o próprio indivíduo considerado em si mesmo: *cogito, ergo sum!* (Descartes). Todo o resto, até mesmo os demais indivíduos, é sistematicamente reduzido à condição de mero “objeto”. Esta é a fatalidade do nosso paradigma civilizacional moderno.

Segundo tal pressuposto, tão somente o ser humano existe “por amor a si mesmo” (Kant). Todo o resto existe apenas por causa dele e em função dele. O sentido das demais “coisas” reside propriamente no seu estar à disposição do ser humano. Este antropocentrismo moderno acaba, assim, produzindo uma situação na qual a natureza resulta sem alma e os seres humanos, meros sujeitos incorpóreos.

Importa hoje mais do que nunca salientar a reciprocidade entre a tutela da dignidade humana e a defesa da dignidade da Terra e, portanto, a mútua implicação entre ambas. Toda vez que se fere os direitos das demais criaturas e do planeta como um todo acaba-se desrespeitando os direitos da pessoa humana. A natureza, entendida como o conjunto de todas as criaturas, deve ser protegida pelo que ela é e não enquanto eventual potencial à disposição do ser humano. O planeta deve ser, portanto, salvaguardado em nome de uma dignidade que, para todos os efeitos, lhe é própria.

Nesse sentido, salientamos a peculiar relevância da recém--elaborada *Carta da Terra*. Esse documento representa, na opinião de L. Boff, membro da equipe de redação do mesmo, “uma forma avançada de se compreender os direitos como direitos humanos, direitos sociais, direitos ecológicos e direitos da Terra, como Planeta vivo”.¹³

É o que, de resto, atestam seus formuladores:

A Carta da Terra está concebida como uma declaração de princípios éticos fundamentais e como um roteiro prático de significado duradouro, amplamente compartilhado por todos os povos. De forma similar à Declaração Universal dos Direitos Humanos

das Nações Unidas, a Carta da Terra será utilizada como um código universal de conduta para guiar os povos e as nações na direção de um futuro sustentável.

Conclusão: a transparência divina na trama da criação

Transcendente e imanente, na perspectiva cristã, se relacionam de maneira inusitada e deveras singular. Não seguem padrões dualistas típicos de tradições religiosas antigas nem de clássicas escolas de pensamento. No Ocidente, por exemplo, Transcendente e imanente foram concebidos quase sempre como separados e opostos entre si. A alternativa a esta posição hegemônica acabou deslizando para o polo oposto: a fusão entre ambos, causando, assim, uma verdadeira confusão entre Transcendente e imanente, de modo a se sacrificar toda e qualquer distinção entre ambos.

Esta clássica polarização entre Transcendente e imanente acabou gerando uma específica configuração: de um lado, temos as distintas formas de monoteísmo rígido, com suas correspondentes cosmologias que desqualificam tudo o que é natural, histórico, humano e material. De outro, todavia, temos as conhecidas expressões de panteísmo que confundem Criador com criatura, ocasionando uma série de incongruências.

Ao professar a fé no Deus trino e uno, as comunidades cristãs propiciam uma peculiar relação entre Transcendente e imanente. A profissão de fé no Deus Pai Criador salienta o caráter absolutamente transcendente do Deus trino e uno. Ele é o Criador absoluto, que cria sem pressupostos e sem condições, portanto é o Senhor de tudo quanto existe, selando, assim, sua irreduzível transcendência em face do caráter contingencial de suas criaturas.

A profissão de fé no Filho unigênito de Deus que se encarnou sublinha a singela solidariedade de Deus para com suas criaturas. O próprio Deus, na pessoa de seu Verbo encarnado, penetra no mais íntimo de uma de suas criaturas – o ser humano concreto e circunstanciado, Jesus de Nazaré

– e, assim fazendo, instaura laços de profunda solidariedade com cada uma e com todas as criaturas. É o evento da mais radical irrupção do Todo no fragmento, da emergência do Transcendente a partir do âmago mesmo da imanência.

A profissão de fé no Espírito Santo, como evento da interiorização do próprio Deus no coração mesmo da matéria, da história, da corporalidade de suas criaturas, acena para a revelação do Deus trino e uno como a interioridade mais íntima do cosmo, da história e da vida de cada uma e de todas as criaturas.

Cumpre, portanto, dialetizar transcendência e imanência através da consideração do evento da interiorização do próprio Deus no coração mesmo da matéria, da história e dos corpos de suas criaturas. O evento da interioridade de Deus, mediante seu Espírito, no coração mesmo de suas criaturas, impede toda e qualquer bipolaridade rígida e excludente entre transcendência e imanência. A profissão de fé no Deus trino e uno propicia aos cristãos, portanto, uma peculiar relação entre Transcendente e imanente: nem pura transcendência nem mera imanência, mas a celebração da transparência divina na trama da criação.

Questões para ajudar a leitura individual ou o debate em comunidade

1. Como acolher os desafios postos pela “crise ecológica” em termos de urgente apelo ao cuidado da vida das criaturas e do planeta?
2. Como conceber a singularidade da pessoa humana no conjunto da criação de maneira inclusiva, potencializando sua inter-relação com cada criatura e com todas as criaturas?
3. Aprofunde um pouco mais a mística cristã dos vestígios do Deus trino e uno esparsos na complexa trama da criação.